

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS – SESA
FACULDADE AMADEUS – FAMA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA**

**IRVILY SOSTINES ALVES SILVA
LUCAS DA CONCEIÇÃO SANTOS**

**PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: UM ESTUDO VOLTADO AOS
COLABORADORES DO BANESE AGÊNCIA JAPARATUBA/SE**

**ARACAJU –SE
2018**

IRVILY SOSTINES ALVES SILVA
LUCAS DA CONCEIÇÃO SANTOS

PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: UM ESTUDO VOLTADO AOS
COLABORADORES DO BANESE AGÊNCIA JAPARATUBA/SE

Relatório Científico de Estágio apresentado à
Faculdade Amadeus como requisito para
aprovação final e obtenção do grau de bacharel em
Administração.

Orientadora:
Prof^aM.Sc. Priscila Jesus Mendonça

ARACAJU – SE
2018

IRVILY SOSTINES ALVES SILVA
LUCAS DA CONCEIÇÃO SANTOS

PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: UM ESTUDO VOLTADO AOS
COLABORADORES DO BANESE AGÊNCIA JAPARATUBA/SE

Relatório de Estágio Supervisionado apresentado à Faculdade Amadeus como requisito para
aprovação final e obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Coord. M.Sc. do Curso Paulo Sérgio de Melo dos Santos

Prof^aM.Sc. Orientadora Priscila Jesus Mendonça

Aprovado (a) com média: _____

Aracaju (SE), ____ de _____ de ____.

Dedicamos este trabalho às pessoas que ajudaram o processo do mesmo: nossa orientadora Prof^aM.Sc. Priscila Jesus Mendonça, nosso coordenador de curso, Prof.M.Sc. Paulo Sérgio Melo dos Santos e ao Prof. Anderson Tadeu Gonçalves de Araújo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, queremos agradecer a Deus por nos dar força e perseverança para lapidarmos todas as barreiras encontradas ao longo desse caminho, aos nossos familiares que sempre nos incentivaram a escolher a estrada da educação, pois, sem a mesma, não teríamos os empregos que temos hoje. Pedimos desculpas a todos pelas nossas ausências, que na maioria das vezes, deu-se devido ao engajamento para a finalização desta pesquisa.

Diante de todas as adversidades conseguimos, através de muito trabalho, concluir o projeto de pesquisa científica de forma humilde e honrosa.

Aqui estão os nossos sinceros agradecimentos para aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste. Obrigado!

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Organograma da empresa	13
Figura 2 - Potenciais colaboradores que fazem ou não planejamento financeiro.	39
Figura 3 - Situação do controle financeiros dos colaboradores.....	40
Figura 4 - Os colaboradores que fazem algum tipo de pesquisa de preço.	41
Figura 5 - Entrevistados que usam quais tipos de créditos para pagar suas contas....	41
Figura 6 - Colaboradores que tem o hábito de poupar.	42
Figura 7 - Entrevistados que buscam ou não saber sobre finanças pessoais.	43
Figura 8 -Estatísticas como é usado o dinheiro do trabalho.....	44
Figura 9 -Situação financeira dos colaboradores.	45
Figura 10 -Tempo de sobrevivência com sua reserva em caso de doença.	46
Figura 11 -Estatísticas em relação a aposentadoria.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de juros para pessoa física.	25
Tabela 2 - Taxas de juros de pessoas físicas março/2013 a Agosto/2017.....	26
Tabela 3 -Índice de inadimplência por idade no Brasil.....	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA BANESE	11
2.1 HISTÓRICO DA EMPRESA.....	11
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	13
2.3 MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS, VALORES, SERVIÇOS E PRODUTOS	13
2.3.1 MISSÃO	13
2.3.5 SERVIÇOS E PRODUTOS	14
2.4 RECURSOS HUMANOS	14
2.5 RAMO DE ATIVIDADE.....	14
3 ASPECTOS CONCEITUAIS	15
3.1 ADMINISTRAÇÃO.....	15
3.2 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	16
3.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR	17
3.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRAS NO BRASIL.....	19
3.4.1 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL.....	20
3.5 ENDIVIDAMENTO FAMILIAR	22
3.5.1 ENDIVIDAMENTO	22
3.5.2 EVITANDO E SAINDO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO.....	28
3.6 FERRAMENTAS FINANCEIRAS FAMILIAR	29
3.6.1 FLUXO DE CAIXA E ORÇAMENTO FAMILIAR.....	29
3.7 OPÇÕES DE INVESTIMENTOS.....	31
3.7.1 POUPANÇA.....	31
3.7.2 CDB.....	32
3.7.3 LCI e LCA.....	33
3.7.4 TESOURO DIRETO	34
3.7.5 DEBÊNTURES	35
3.7.6 MERCADO DE AÇÕES.....	36
3.7.7 ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS EM RELAÇÃO AO RISCO E RETORNO DOS INVESTIMENTOS	36
4 ATIVIDADE DE ESTÁGIO E ANÁLISE DE RESULTADO.....	38
4.1 ATIVIDADES DE ESTÁGIO.....	38
4.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS	39
REFERÊNCIA.....	49
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE FINANCEIRA AOS SEUS COLABORADORES	53

1 INTRODUÇÃO

O cenário após a adoção do plano real em 1994, no Brasil, retratou uma grande estabilização econômica que possibilitou aos brasileiros um aumento em seu poder de compra. De igual modo, as instituições financeiras na busca por obtenção de lucros ofertavam cada vez mais produtos e serviços, tornando assim, fácil o acesso ao crédito.

Devido à falta de conhecimento e planejamento financeiro pessoal, com a pouca disseminação da educação financeira para as famílias, os brasileiros se endividam com facilidade, perante uma nação que vive uma “triste” realidade financeira, isso notoriamente não é favorável.

Por esse lado, julgamos crucial a sociedade rever seus conceitos em relação aos seus gastos, possibilitando que as pessoas tornem-se poupadoras e investidoras, não apenas para ajudar a economia do país, bem como a criar hábitos de planejamento a curto, médio e longo prazo.

Portanto, resolvemos discorrer sobre:quais dificuldades exercem mais influência na decisão do planejamento financeiro pessoal?

Como o objetivo geral é identificar através desta pesquisa as dificuldades que exercem mais influência na elaboração de um planejamento financeiro pessoal dentro da agência Banese em Japaratuba, foram formulados os objetivos específicos da seguinte forma:

- Identificar quais as dificuldades que exercem mais influências na elaboração do planejamento financeiro pessoal;
- Demonstrar ferramentas que possibilitem a elaboração do planejamento financeiro pessoal;
- Orientar sobre os tipos de investimentos para os colaboradores da agência Banese Japaratuba.

A escolha do tema tem o intuito de ensinar para as famílias adotarem decisões inteligentes através de um bom planejamento financeiro, de modo que possam administrar suas finanças, bem como saberem buscar bons investimentos na obtenção de ativos à longo prazo. A importância deste trabalho é contribuir com a sociedade, para que as pessoas possam tomar decisões baseadas em estratégias inteligentes, no que diz respeito à finanças pessoais e, conseqüentemente, contribuir para a economia do país. Sendo assim, o propósito da pesquisa é fomentar o conhecimento nas famílias sobre planejamento financeiro pessoal, e mostrar

através de ferramentas, pesquisas e estudos, de forma prática e simples, o quão valioso é cuidar da saúde do seu dinheiro.

É de fundamental importância a mudança na maneira das pessoas, do ponto de vista de seus hábitos financeiros. Sendo assim, a sociedade deixará de ser baseada no consumo e passará a ser uma sociedade de poupadores, investidores e com qualidade de vida. Já que um dado importante mostra essa “fragilidade” financeira, pois o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e a Serasa Experian, em 2013, constatou que o orçamento faz as famílias sentirem dificuldades na hora de controlar seus gastos e receitas. O orçamento é uma ferramenta essencial para mensurar a entrada e saída do fluxo de caixa familiar, baseado, é claro, em estratégias que possibilitem escolhas inteligentes. O endividamento é uma consequência de decisões equivocadas e precipitadas em consumo presente. A falta de conhecimento financeiro sem um planejamento financeiro pessoal e pouca disseminação sobre educação financeira, faz com que as pessoas afoquem-se no cheque especial, empréstimos e o uso descontrolado do cartão de crédito com altas taxas de juros, gerando, além das dívidas, conflito familiar e problemas de saúde em virtude do montante devido.

Segundo, Gil (1991, p. 19), define pesquisa como “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas que são propostas”. Quanto ao método, Mota (2003, p. 10-11), explica que a finalidade da ciência “é a busca da verdade, no trato da realidade, de maneira teórica e prática”.

Mediante as afirmações acima dos respectivos autores, a modalidade de pesquisa deste trabalho será quantitativa que, para Lakatos e Marconi (2009, p. 269), na pesquisa quantitativa são utilizadas “amostras amplas de informações numéricas. Será exploratória e explicativa, pois buscar-se-á levantar dados ou informações sobre o objeto de estudo, registrar e analisar as coletas estudadas.”

A técnica de estudo na pesquisa foi uma aplicação de um questionário, que para Severino (2007, p. 125), visou elaborar um agregado de questões, sistemáticas e articuladas, que tinha como objetivo levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, a fim de conhecer a opinião dos mesmos sobre o determinado assunto em estudo.

2 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA BANESE

Este capítulo tem como finalidade explorar um pouco da presença da empresa na vida dos sergipanos, trazendo consigo seu breve histórico, sua estrutura organizacional, assim como seus objetivos e ramo de atividade.

2.1 HISTÓRICO DA EMPRESA

Em 1961, o Banese é criado com a denominação de Banco de Fomento Econômico (BANFESE), no Governo de Luiz Garcia. Em 02 de janeiro de 1964, o Banco inicia as suas atividades, durante o Governo de Seixas Dória. Seu primeiro presidente foi o jornalista Orlando Dantas, que no dia da inauguração, pronunciou discurso salientando o importante papel que deveria ser desempenhado pelo Banco de Fomento no desenvolvimento econômico de Sergipe, acrescentando que o Banco iria crescer e tornar um dos mais importantes do Estado. A adoção do nome Banese (Banco do Estado de Sergipe S/A), em 1967, acompanhou o processo de interiorização, com a inauguração das primeiras agências no interior do Estado, paralelamente às mudanças na sua estrutura organizacional. Na presidência de Manoel Conde Sobral (1964/1975), o Banco abriu agências em Itabaiana, Boquim, Lagarto, Estância, Nossa Senhora das Dores e Aquidabã. Nessa época, foi criada a Caixa de Assistência dos Funcionários e a Associação Atlética Banese. A partir de então, o Banese foi expandindo a sua rede de atendimento por diversos bairros da capital e municípios do interior.

O ano de 1978, representou um marco na história do Banese, quando uma reestruturação administrativa elegeu como prioritário o desenvolvimento da área de Recursos Humanos, enfatizando a importância do treinamento e aperfeiçoamento do quadro de funcionários. Na mesma época, foram implementados os setores Financeiro, de Planejamento e de Sistemas e Métodos. Neste contexto, teve início o processo de informatização do Banco, com a instalação de seu Centro de Processamento de Dados (CPD). Como produto natural de sua expansão, foram criados, nos anos oitenta, a BACISA (Banese Crédito Imobiliário/Poupança Banese), a Banese Corretora de Seguros, o SERGUS (Instituto Banese de Seguridade Social), a Carteira de Open Market e o Sistema de Conta Única do Governo Estadual. Em 1991, o Banese tornou-se Banco Múltiplo, automatizou totalmente sua

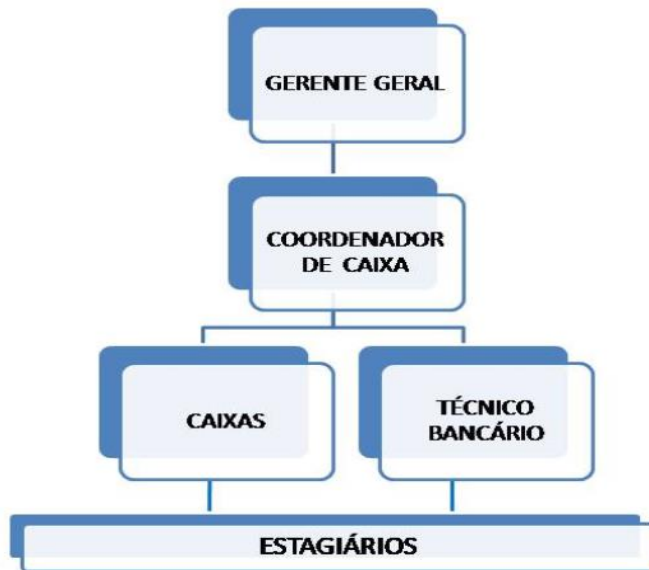
¹BANESE, **História**. 2018. Disponível em: <https://www.banese.com.br>.

rede de agências e, através da rede Verde-Amarela, interligou-se a mais de 4.700 agências de bancos estaduais espalhados por todo território nacional. Após 1994, quando a moeda do país foi estabilizada, o Banese, tal como aconteceu com outras instituições bancárias, perdeu importante fonte de renda e passou a enfrentar difícil fase financeira, tendo que racionalizar as suas despesas, reduzindo, inclusive, o seu quadro funcional. Nas últimas gestões, já em nova fase, o Banese superou as dificuldades investindo fortemente na valorização dos seus colaboradores, em produtos e serviços bancários, na modernização da sua rede de atendimento, automação e tecnologia.

Prova disso foi o lançamento do Banese card, cartão genuinamente sergipano, que contribuiu para o desenvolvimento da economia sergipana. Também o Ponto Banese, rede de correspondentes bancários que permite pagamentos e transações em diversos estabelecimentos, trouxe avanços para os clientes e usuários da rede Banese. Buscando sempre o desenvolvimento sustentável de Sergipe, trabalhar com os governos estadual e municipal, atender as necessidades da comunidade sergipana, expandir a rede de agências e ampliar o crédito para ser o maior banco do Estado, o Banese se firmou no mercado sergipano e nacional, como instituição financeira marcada pela credibilidade, solidez e pelos resultados expressivos que têm sido alcançados a cada exercício financeiro, tornando-o um dos bancos mais sólidos do país. Ao longo de décadas, o Banese tem buscado valorizar os artistas e atletas locais, patrocinando dezenas de obras literárias, eventos esportivos, entre outros. Apoiando diversos segmentos, a exemplo da educação, saúde, meio ambiente, cultura e arte, e incentivando a geração de novos empregos, parcerias e o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, o Banese, efetivamente, tem sido uma empresa cidadã, confirmando a sua vocação de ser o promotor financeiro do desenvolvimento sócio-econômico do Estado de Sergipe e de constituir-se, cada dia mais, no banco de todo o povo sergipano.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Figura 1 - Organograma da empresa



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

2.3 MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS, VALORES, SERVIÇOS E PRODUTOS

2.3.1 MISSÃO

Fornecer soluções, produtos e serviços financeiros de forma eficiente, promovendo desenvolvimento social através da inclusão financeira, contribuindo para a construção de relações perenes com os clientes e para a geração sustentável de valor para os acionistas e toda sociedade.

2.3.2 VISÃO

Aumentar a participação no desenvolvimento de Sergipe, sendo o banco preferencial e crescendo os seus indicadores de sustentabilidade.

2.3.3 OBJETIVO

Garantir aos seus diversos tipos de clientes que estejam satisfeitos com os seus serviços prestados.

2.3.4 VALORES

A responsabilidade social, qualidade, valorização dos funcionários, rentabilidade e produtividade, gestão profissionalizada, credibilidade, comprometimento, inovação e satisfação dos clientes são os princípios e valores que caracterizam a atuação do Banese.

2.3.5 SERVIÇOS E PRODUTOS

O Banco do Estado oferece diversos serviços entre os mais comuns são pagamentos de títulos bancários, seguro, capitalização, consórcio, compra e venda de moedas estrangeiras.

2.4 RECURSOS HUMANOS

O recrutamento e seleção de pessoas são feitos através de concurso público ou contratação por empresa terceirizada. Por exemplo: Banese card.

2.5 RAMO DE ATIVIDADE

O Banco de Sergipe S/A é um banco múltiplo de caráter público que realiza operações ativas e passivas. Acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimentos e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Estas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada pelo banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista. Na sua denominação social deve constar a expressão “banco” (resolução cmn 2.099 de 1994).

3 ASPECTOS CONCEITUAIS

Este capítulo tem por objetivo explorar alguns tópicos a serem discutidos na temática, como teoria da administração, administração financeira, planejamento financeiro familiar e ferramentas financeiras. De igual modo, o referido capítulo visa mostrar também a importância do planejamento financeiro familiar baseado nas pesquisas deste projeto. Posteriormente, tratar das ferramentas que possibilitem na tomada de decisão do ponto de vista das finanças, e com base neste, contribuir para que as pessoas tenham conhecimento em relação aos seus investimentos.

3.1 ADMINISTRAÇÃO

Para Maximiano (2007), administração é o processo pelo qual precisa-se tomar decisões sobre objetivos e a utilização de recursos, onde o processo administrativo abrange funções baseadas no planejamento, organização, liderança, execução e controle.

Kwasnicka (1995), descreve administração como atividade sistemática organizacional que permeia nossa vida corriqueira. A necessidade de administrar surge para ponderar as variáveis que compõem as atividades estruturadas bem como: materiais e humanos, tecnologia, restrições ambientais e etc.

Chiavenato (2003), discorre sobre o conceito de administração na sociedade moderna abaixo:

A administração é um fenômeno universal no mundo moderno. Cada organização requer o alcance de objetivos em um cenário de concorrência acirrada, a tomada de decisões, a coordenação de múltiplas atividades, a condução de pessoas, avaliação do desempenho dirigido à meta previamente determinadas, a obtenção e alocação de recursos, etc. (CHIAVENATO, 2003, p.13).

Com base nas afirmações acima citadas a administração é uma ciência que envolve variáveis, e que, baseadas nessas variantes, é necessário tomar decisões que visem a eficiência e eficácia dos resultados.

Conforme Lacombe e Heilborn (2008), no livro *Management* de Peter Drucker mostra que cabe ao administrador: ter um perfil empreendedor e ser capaz de inventar grandes resultados do que o montante dos seus componentes, isto é, provocar mais do que seus meios utilizados. Demonstra que administradores usam boa parte de seu tempo em atividades que não são intrínsecas à sua colocação.

De acordo com Chavienato (2003), as principais habilidades do administrador:

(...) O administrador é um profissional cuja formação é ampla e variada: precisa conhecer disciplinas heterogêneas (como Matemática, Direito, Psicologia, Sociologia, Estatística, etc.); precisa lidar com pessoas (que executam tarefas ou que planejam, organizam, controlam, assessoram, pesquisam, etc.) que lhe estão subordinadas ou que estão no mesmo nível ou acima dele; ele precisa estar atento aos eventos passados e presentes, bem como as previsões futuras, pois seus horizontes devem ser mais amplos, já que ele é o responsável pela direção de outras pessoas que seguem suas ordens e orientações; precisa lidar com eventos internos (localizados dentro da empresa) e externos (localizados no ambiente que envolve extremamente a empresa): precisa ver mais longe que os outros, pois deve estar ligado ao objetivo que as empresas pretendem alcançar por meio da atividade conjunta de todos (...) (CHIAVENATO, 2003, p.13;14)

3.2 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Conforme Archer e D´ambrosio(1969), a função financeira constitui-se de esforços despendidos objetivando a criação de um esquema que adote na maximização dos retornos dos proprietários das partes que representam o capital social da empresa, denominadas ações preferências e ordinárias, e que, concomitantemente possam proporcionar o sustento de um certo grau de liquidez.

Sanvicent (1987), descreve que o propósito subjacente nas decisões da administração financeira é a maior rentabilidade possível em detrimento do investimento empreendido por pessoas ou empresas configuradas como proprietários, acionistas ordinários, no caso de uma empresa de capital aberto.

De acordo com Brigham e Houston (1999, p. 4), administração financeira também é “importante nas operações governamentais, de escolas a hospitais e departamentos de estradas de rodagem”.

Todavia, o autor Masakazu (2004), retrata que as atividades de uma empresa estão associadas a um sistema de geração de lucro, ou seja, financiadores, investidores, fornecedores, bancos, comunidade, clientes e governo.

Conforme as afirmações supracitadas acima, a administração financeira é uma área que envolve decisões de risco, seja em uma empresa privada, no setor governamental e no ambiente familiar. Ademais, é necessário o papel do administrador financeiro no processo de tomada de decisão, e, com base na previsão, consiga calcular os riscos e incertezas (SECURATO, 1996).

Quanto às decisões do administrador financeiro segundo Brigham e Houston (1999), na administração financeira:

Os administradores financeiros também decidem as condições de crédito sob as quais os clientes devem comprar, quanto de estoques a empresa deve ter, quanto de caixa deve manter, se a empresa deve comprar outras ou não (análise de fusões) e quanto dos lucros da empresa devem ser reinvestidos no negócio, em vez de pagos com dividendos (BRIGHAM e HOUSTON, 1999, p. 4).

Já Masakazu (2006), descreve as principais atividades de um administrador financeiro como: análise, planejamento e controle financeiro, é onde vai ser feito um estudo das estruturas das funções da empresa, através de documentos financeiros, sendo assim, estará plenamente acionando estratégias contribuintes para aumentar a fomentação do seu negócio.

As decisões de investimento referem-se, onde será o caminho dos fundos gerados para gerar novamente dinheiro e em outros casos levam um ano ou mais para que sejam revertidos em dinheiro.

Decisões de financiamentos relacionam-se no recolhimento de fundos financiados para poder gerar recursos seja em pequeno, médio ou longo prazo. Para Gitman (2004, p. 4), administração financeira é “ampla e dinâmica. Afeta diretamente a vida de todas as pessoas e organizações. Há muitas possibilidades e oportunidades de carreira nessa área”.

Por fim, podemos definir que a administração financeira é extremamente importante para contribuir, seja no segmento empresarial ou pessoal.

3.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR

Planejamento financeiro familiar é avaliar constantemente a entrada e saída de dinheiro, descrevendo os ganhos (receitas) e as despesas (gastos). Procurando poupar uma reserva financeira para possíveis gastos eventuais no futuro.

Segundo Halfeld (2006), planejamento financeiro familiar visa construir e seguir uma estratégia para dar suporte ou obtenção de bens e valores que formarão patrimônio de um indivíduo ou família. Essa estratégia pode ser direcionada para curto, médio, e longo prazo, a fim de garantir tranquilidade financeira desse indivíduo. Planejamento financeiro seja na empresa ou familiar indica, segundo Lemes, Cherobim e Rigo (2002), como um relevante instrumento para elaboração da estratégia, do ponto de vista da administração financeira, pois, oferta condições para estruturar o crescimento dos exercícios financeiros, sem oferecer riscos às finanças, de modo a colaborar com o crescimento pessoal.

Planejamento financeiro é um método relevante nos procedimentos das empresas e famílias, onde busca mapear as rotas para guiar, coordenar e manter sobre controle para alcançar seus propósitos (GITMAN, 2001 apud LEAL, NASCIMENTO, 2011, p. 167).

Quanto aos objetivos do planejamento financeiro familiar, percebe-se que o propósito é igual aos das empresas, pois os mesmos almejam crescimento de seus patrimônios, obtenção de riqueza para os acionistas assim como para o indivíduo e sua família (FRANKENBERG, 1999 apud LIZOTE; SIMAS; LANA, 2012).

Para Cerbasi (2005), o planejamento financeiro familiar é:

Planejar suas finanças é compreender o máximo que possamos gastar agora, sem pactuar esse molde de vida no futuro. E fazer boas escolhas, de como viver bem o hoje, ainda que isso signifique suspender o sonho de comprar deliberado carro ou um apartamento mais luxuoso. É preferir por mais alguns anos de aluguel, visando formar uma poupança que seria imprescindível durante um pesado financiamento (CERBASI, 2005 apud LEAL; NASCIMENTO, 2011 p. 176).

De fato, a população se encontra mais preocupada com sua saúde física e mental do que com sua saúde financeira, com bases nos estudos feitos por instituições financeiras, divulgado no Jornal Valor Econômico (2014), comprovaram real situação. Interligamos essas consequências ao crescimento de riquezas geradas no nosso país.

Contudo são casos infelizes em que a comunidade tem de aprender que estabilidade financeira não está voltada a ganhar muito dinheiro e sim ter a sabedoria dos controles financeiros, de modo a não tornar suas ações pessoais durante a sua vida em catástrofes financeiras conforme exemplo abaixo:

Hipoteticamente, um casal tem uma renda mensal de R\$8.000,00. Entretanto suas dívidas chegam mensalmente a cerca de R\$10.000,00, por mês, diante disso, eles vão gerar uma dívida em um ano de R\$24.000,00. Agora vem a pergunta: Como sempre sonharam em tirar as férias juntos para o exterior, agora poderão viajar?

Em outro caso, certo casal juntando as rendas possui R\$5.000,00, ao mês, e possuem débitos mensais no valor de R\$3.000,00, ficando assim, com um montante de R\$24.000,00, no fim de ano. Imagine que eles sonham com uma viagem para o exterior também, poderão tirar essas férias juntos no fim de ano?

Olhando essas duas situações, podemos concluir que o primeiro casal possuir uma maior renda não garante, por si só, um conforto diante do segundo casal que aparentemente estava com suas finanças controladas. Moral da história: “a questão não é o tamanho da renda, mas a gestão que se faz dela” (MARQUES E NETO, 2016, p.3).

Por fim, Leal e Nascimento (2011, p. 176), que o “planejamento financeiro formaliza o método pelo qual as metas financeiras, tanto das empresas quanto das famílias, devem ser alcançadas”.

3.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

A educação financeira começou a ganhar notoriedade juntamente com a implantação do plano real em 1994. Depois de ter passado por uma grande crise econômico-financeira em 1980, onde o país enfrentava grandes depressões no mercado financeiro em detrimento da atual situação econômica daquela época.

Todavia, três acontecimentos culminaram na queda dos investimentos: as significativas reduções do PIB (Produto Interno Bruto); aumento de uma inflação desenfreada, junto com o crescimento da dívida pública, tanto interna como externa.

Posteriormente a essas graves consequências, e a “financeirização” do mercado em 1995, com a queda da inflação, o forte impacto do capitalismo e a alta circulação de moeda na economia, as pessoas com o aumento em seu poder de compra tornaram-se consumistas. Ademais disso, as instituições financeiras fomentaram cada vez mais a oferta de produtos/serviços.

Logo, tais acontecimentos resultaram na criação de uma sociedade despreparada baseada no consumo presente, sem pensar no futuro e não criando poupança a médio ou longo prazo.

Para Lizote, et al. (2012), educação financeira é o processo onde o indivíduo busca agregar conhecimentos necessários para administrar corretamente suas finanças e tomar decisões conscientes, ou seja, a competência de gerir da forma certa os ganhos (receitas) recebidas, tomando atitudes essenciais quanto à utilização dos recursos disponíveis, tendo em vista os fatos do presente sem deixar de pensar no futuro.

Segundo Savoia, et al. (2007), educação financeira entende-se como uma técnica de transferência de conhecimento que propicia aprimoramento das habilidades nas pessoas, para que consigam tomar decisões fundamentais e com segurança, aperfeiçoando o gerenciamento de suas finanças pessoais.

O conceito de educação financeira incorpora o entendimento do contexto econômico e do sentido onde as decisões das famílias são cedidas pelas conjunturas e pelas ocasiões econômicas mais extensas (WORTHINGTON 2006 apud AUGUSTINS; COSTA; BARROS, 2012, p. 83).

Pinheiro (2008), descreve que a educação financeira pode ser definida como:

A habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida. Usuários desse tipo de produto, quando devidamente instruídos, têm a capacidade de lidar com as questões financeiras do cotidiano e as imprevistas, avaliarem o impacto das decisões para a sua vida e a da sua família, compreender seus direitos e suas responsabilidades, e ter o conhecimento de fontes confiáveis de consulta (PINHEIRO, 2008, p. 2).

Lizote, et al. (2012), discorrem sobre a importância da educação financeira como sendo primordial na vida das pessoas em prol de garantir uma saúde e liberdade financeira naquele indivíduo ou família para que façam escolhas inteligentes.

Sendo assim, vale ressaltar o peso da educação financeira, que assimila a inteligência de ler, e explicar números, e assim decodificá-los em informações para sistematizar um planejamento financeiro que gere consumo saudável e o futuro tranquilo no controle das finanças pessoais.

Quando essa educação é garantida e aperfeiçoada, as pessoas planejam o futuro para acrescentarem ativos e reterem um nível desejado de renda, igualmente, fomentar orçamentos estruturados com suas capacidades financeiras (LIZOTE; ET AL. 2012).

3.4.1 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

A educação financeira tem se tornado um dos principais assuntos dos enormes diálogos internacionais dos últimos anos. Autarquias representativas dos variados países, superiores de governos, instituições do setor privado e organizações do terceiro setor têm mostrado um forte engajamento por parte da necessidade de ser tratado como um tema emergencial de instruir financeiramente cada vez mais os cidadãos (PINHEIRO, 2008, p. 1).

Savoia, et al. (2007), relatam que no Brasil é praticamente impossível encontrar trabalhos científicos que solidifiquem as informações sobre educação financeira.

De acordo com a afirmação acima, percebe-se que um projeto de monografia é de fundamental importância, e tem muito a contribuir para as discussões institucionais e como fonte de pesquisa para outros trabalhos acadêmicos no futuro.

No entanto Agustinis, et al. (2012), falam que o número de trabalhos empíricos sobre o tema ainda é pouco, daquilo que o conjunto de obras literárias e os programas de educação financeira enfatizam.

“Nos dias atuais, as diretrizes e políticas do MEC (Ministério da Educação e Cultura) não inserem a educação financeira como condições fundamentais para o progresso dos cidadãos em vida adulta, supondo que a base multidisciplinar agregada ao longo da vida escolar possa ser o suficiente, com o intuito de todos absorvam conhecimentos e competência para gerir seus ganhos e despesas. O dever da família sobre esta educação é também de extrema valia, uma vez que neste período são dela as mais importantes, ou até mesmo a fonte única de renda desse adolescente ou daquela criança” (FERNANDES; CANDIDO, 2014 p. 902).

Savoia, et al. (2007), complementam a passagem de Fernandes e Candido (2014), dizendo que:

Não há obrigatoriedade da educação financeira no sistema de ensino. O MEC preconiza a contextualização do ensino, que pressupõe um processo de aprendizagem apoiado no desenvolvimento de competências para inserção dos estudantes na vida adulta, mediante a multidisciplinaridade, o incentivo do raciocínio e da capacidade de aprender (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 134).

A câmara dos deputados no ano de 2016, deferiu o projeto de Lei nº4. 915 de 2016, que complementa o § 10 ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Que determina as diretrizes e bases da educação nacional de modo a inserir consumo, educação financeira tal como temas integradores dos elementos curriculares nas variadas esferas da educação básica (WWW.CAMARA, 2016).

A câmara ainda dispõe sobre os princípios e obrigações sobre a supracitada Lei:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estatui, em seu artigo 26, alguns parâmetros de observância obrigatória na formação do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio (...). O Projeto de Lei que apresentamos está consonante com a ENEF (Estratégica Nacional de Educação Financeira), instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. A ENEF possui a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. Uma ação concreta para que componentes de tamanha relevância sejam, de fato, tratados nas nossas escolas é incluí-los como temas integradores do currículo da educação básica (WWW.CAMARA,2016).

Tendo em vista as iniciativas do governo em prol a incentivar e incluir a educação financeira como parte do currículo no sistema de ensino, especificamente a educação básica, ainda não é realidade em todo país.

Em apoio à sugestão da OCDE (Organização para Cooperação e desenvolvimento Econômico) para que a educação financeira inicie-se o mais precoce possível, levando em consideração, exclusivamente, o semblante comportamental das crianças. A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) estabelece, em conjunto com a BM&FBovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) e também a Escola de Educação Financeira da RioPrevidência, cursos que visem estimular e promover a prática do planejamento financeiro nos jovens (OCDE, 2015 apud Gandra, 2015).

Conclui-se, entretanto, que, é necessário mais ações transformadoras em prol da educação financeira de modo a contribuir com uma sociedade de consumidores melhores, a fim de desenvolver a economia do país.

3.5 ENDIVIDAMENTO FAMILIAR

Neste capítulo procuraremos abordar e explanar discussões a respeito do endividamento, seus conceitos e definições. Em seguida, buscaremos expor os meios para evitar o endividamento.

3.5.1 ENDIVIDAMENTO

Para o dicionário Aurélio (2008), o significado de dívida é “aquilo que se deve; débito: Emprestei-lhe mais dez reais, sua dívida comigo agora é vinte”.

Segundo Gonçalves (2015), o significado de dívida, entre outras coisas, entende-se como a responsabilidade de pagar ou liquidar uma parte ou um todo do montante que se deve a terceiros, seja por financiamento ou empréstimo, sujeito ou não a juros.

De acordo com Bortoluzziet al (2015), o endividamento origina-se do verbo endividar e seu significado é acumular dívidas. Logo, conceitua-se como a maneira de utilizar recursos de outrem de modo a gerar satisfação das carências de consumo, ou seja, a família excede a renda orçamentária e acaba recorrendo a recursos de terceiros.

O endividamento é uma quantia negativa de um montante, isto é, o endividamento é a utilidade de recursos de outrem para a finalidade de consumo. Ao se apossar deste recurso fica firmado um comprometimento de pagar ou devolver aquela quantia, com prazos definidos e normalmente acrescentado com juros e correções (MARQUES; FRADE, 2003 apud TONELOTTO, 2015, p. 12).

Ribeiro et al (2011), define endividamento como sendo um “saldo devedor de um indivíduo e este pode resultar apenas uma dívida ou mais de uma, simultaneamente”. Quanto às causas do endividamento segundo Gonçalves (2015), é que no Brasil, a predisposição que

as instituições bancárias ofertam crédito para o mercado consumidor revela que essas instituições financeiras aderem políticas menos restrita em comparação a seu diagnóstico de crédito, emprestando intencionalmente e, em certos casos, até inescrupulosamente. Tal falta de escrúpulos na hora de ceder o crédito, muito provavelmente, é uma das principais razões para o alto índice de inobservância das responsabilidades financeiras para a maioria dos consumidores no Brasil. Bortoluzziet al (2015), discorre sobre as causas do endividamento:

A expansão do crédito, entre 2005 e 2012, ocasionadas principalmente pelo aumento dos prazos e do arrefecimento das taxas de juros, fez com que o endividamento das famílias brasileiras atingisse patamares elevados (BORTOLUZZI; ET AL. 2015, p. 112)

Uma pesquisa realizada pelo BCB (Banco Central do Brasil 2014), constatou situações diversas que levam as pessoas a situação de endividamento. As principais são: fatos inesperados – perda de emprego e renda, doença própria e/ou de familiares, morte do responsável pela maior parte da renda familiar, gravidez não programada, separação conjugal; falta de planejamento financeiro – compras por impulso, excesso de parcelamento de compras e uso de linhas de crédito de forma impulsiva e descontrolada; empréstimo do nome – o entrevistado retirou empréstimo e/ou financiamento em seu nome para terceiros ou emprestou o seu cartão de crédito a outrem.

O primeiro motivo nota-se que mesmo com situações de crise, as pessoas não conseguem ter a percepção de que problemas eventuais futuros possam acontecer como os que foram descritos na pesquisa. Esses motivos não deveriam ser considerados como inesperados, pois nunca sabemos o que pode acontecer se o indivíduo não possuir uma reserva de emergência. A ausência do planejamento financeiro que foi o segundo motivo mais citado para o início do endividamento, diz respeito à falta de maturidade do consumidor que, baseado no consumo imediatista e/ou consumo presente utiliza o uso do crédito descontroladamente, e com a falta de orçamento acaba entrando numa bola de neve, que é o princípio para a inadimplência. Segundo o BCB (2014), a pesquisa constatou ainda que as pessoas confiam nas linhas de crédito, e que são indispensáveis, e são favoráveis quando usadas de forma consciente.

Por fim, o empréstimo do nome. Muitas pessoas emprestam o nome para algum amigo ou familiar para ajudar em determinada necessidade, mas quando se trata de finanças pessoais é bom ter cuidado e ser racional, pois o nome de quem empresta está em jogo, e todos querem zelar pelo nome de ser um bom pagador. Normalmente, a pessoa que está sendo

beneficiada com o empréstimo não consegue contratar porque seu nome já tem restrições junto ao SPC (Sistema de Proteção ao Crédito).

Ainda na mesma pesquisa, o BCB (Banco Central do Brasil 2014), mostra as armadilhas que os consumidores alegam ser das instituições financeiras para contribuir com a acumulação de dívidas. São elas:

- Excesso de linhas de crédito, com oferta ostensiva;
- Falta de informações claras sobre as condições da operação, com ênfase nas facilidades e benefícios, sem mencionar os riscos;
- Concessão e/ou aumento de limites acima da capacidade de pagamento sem solicitação;
- Pagamento do valor mínimo da fatura.

As instituições financeiras como qualquer outra empresa sempre visam lucro, e com a ampla concorrência nesse mercado os bancos procuram inovar e ofertar novas linhas de crédito para concederem aos clientes, com isso, permite que os mesmos comprometam quase 90% ou até 100% da renda com (cheque especial, mais cartões de crédito, empréstimos consignados, empréstimos pessoais ou empréstimos diretos, que são aqueles disponíveis nos cash's). Muito embora essa oferta seja ostensiva, a responsabilidade é do consumidor.

A falta de informações e de lisura do processo explicando para o cliente os riscos daquela operação, resulta, muitas vezes, em descontos abusivos que na sua maioria representa um aperto para o cliente. A concessão de limite e aumento de cheque especial disponibilizado para aqueles que possuem CCO (conta corrente) é, normalmente, acima da capacidade de pagamento do cliente, e a falta de clareza do extrato bancário confunde a leitura, pois aqueles que têm dificuldades de ler não conseguem fazer a distinção no extrato entre o “limite contratado” e o “saldo disponível para saque”.

O pagamento mínimo é a principal armadilha. O Banco Central aprovou a nova regra do crédito rotativo pela resolução 4.549 de 03/04/2017, com esta nova resolução muda o funcionamento do crédito rotativo. Com a deferida regra o consumidor só poderá usar o rotativo do cartão até a data do fechamento da próxima fatura, ou seja, usará apenas em 30 dias. Caso o cliente não pague o valor exato da fatura ou um valor igual ou inferior ao mínimo, o saldo remanescente será parcelado em até dezoito vezes, mais encargos.

Tabela 1 - Taxas de juros para pessoa física.

LINHA DE CRÉDITO	JUNHO/2017		JULHO/2017		VARIÇÃO %	VARIÇÃO PONTOS PERCENTUAIS
	TAXA MÊS	TAXA ANO	TAXA MÊS	TAXA ANO		
Juros comércio	5,67%	93,83%	5,65%	93,39%	-0,35%	-0,02
Cartão de crédito	13,46%	355,11%	13,34%	349,36%	-0,89%	0,12
Cheque especial	12,33%	303,60%	12,29%	301,88%	-0,32%	-0,04
CDC – bancos- financiamento de automóveis	2,17%	29,38%	2,15%	29,08%	-0,92%	-0,02
Empréstimo pessoal-bancos	4,31%	65,92%	4,27%	65,16%	-0,93%	-0,04
Empréstimo pessoal-financeiras	7,89%	148,76%	7,80%	146,28%	-1,14%	-0,09
TAXA MÉDIA	7,64%	141,93%	7,58%	140,31%	-0,79%	-0,06

FONTE: ANEFAC, 2017

Pode-se analisar com base na pesquisa da ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade 2017), que houve um decréscimo nos juros do comércio de 0,35%, taxa passou de 5,65% a.m. (93,39% a.a.), no período de julho de 2017, para 5,63% a.m. (92,95% a.a.), em agosto de 2017. A taxa no período de setembro de 2017, é a menor desde janeiro de 2016, (5,60% a.m. – 92,29% a.a.). Já o cartão de crédito houve um aumento de 0,15%, passando de 13,34% a.m. (349,36% a.a.), em julho de 2017, para 13,36% a.m. (350,32% a.a.), em agosto de 2017. A taxa no mês de setembro é a maior desde junho de 2017, (13,46% a.m. – 355,11% a.a.).

Para a modalidade de cheque especial teve redução de 1,22%, deixando a taxa de 12,29% a.m. (301,88% a.a.), em julho de 2017, para 12,14% a.m. (295,48% a.a.), em agosto de 2017. A taxa do mês de setembro é a menor desde julho de 2016, (12,10% a.m. – 293,79% a.a.).

CDC – Bancos financiamentos de automóveis também tiveram um decréscimo de 1,86%, a taxa de 2,15% a.m. (29,08% a.a.) em julho de 2017, passou para 2,11% a.m. (28,48% a.a.), em agosto de 2017. A referida taxa é a menor desde junho de 2015, (2,10% a.m. – 28,32% a.a.).

Nos empréstimos pessoais a taxa elevou de 0,70%, deixando de ser 4,27% a.m. (65,16% a.a.), em julho de 2017, para 4,30% a.m. (65,73% a.a.), em agosto de 2017. Em

agosto de 2017, a taxa no mês de setembro 2017 era a maior desde junho desse mesmo ano (4,31% a.m. – 65,92 a.a).

Já as financeiras, os empréstimos tiveram redução de 1,03%, passando a taxa de juros de 7,80% a.m. (146,28% a.a.), em agosto de 2017. A taxa é a menor desde julho de 2015, (7,70% a.m. – 143,55% a.a.).

Tabela 2 - Taxas de juros de pessoas físicas março/2013 a Agosto/2017

TIPO DE FINANCIAMENTO	Março/2013		Agosto/2017		Elevação em pontos percentuais
	Taxa Mês	Taxa Ano	Taxa Mês	Taxa Ano	
Comércio	4,00%	60,10%	5,63%	92,95%	32,85
Cartão de Crédito	9,37%	192,94%	13,36%	350,32%	157,38
Cheque Especial	7,72%	144,09%	12,14%	295,48%	151,39
CDC Bancos	1,52%	19,84%	2,11%	28,48%	8,64
Emp. Pessoal-Bancos	2,91%	41,09%	4,30%	65,73%	24,64
Emp.Pessoal Financeiras	6,88%	122,21%	7,72%	144,09%	21,88
TAXA MÉDIA	5,40%	87,97%	7,54%	139,24%	51,27

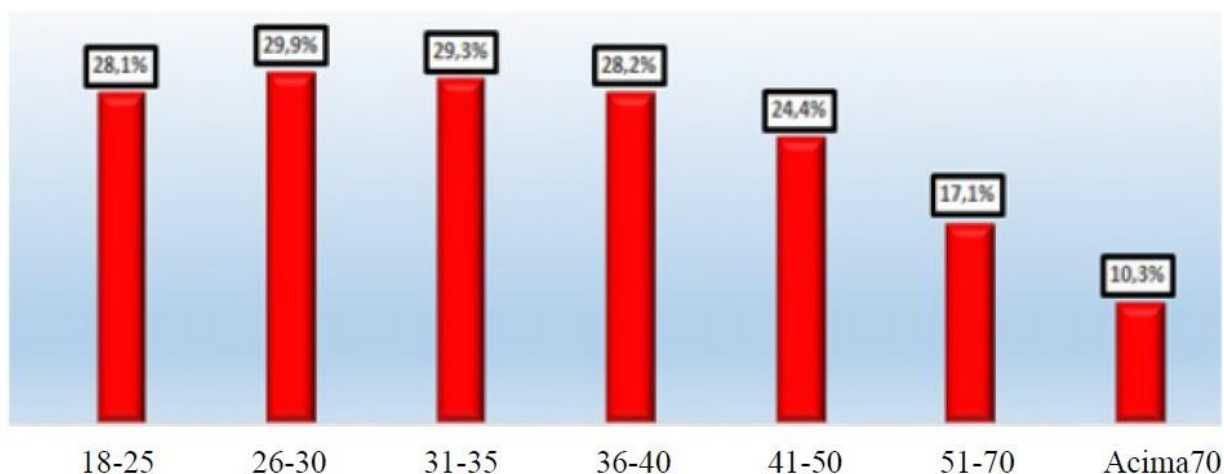
FONTE: ANEFAC, 2017

Salienta-se, segundo a ANEFAC, que no período de março de 2013, a agosto de 2017, o BCB (Banco Central do Brasil) subiu a taxa selic em 2,00 pontos percentuais (elevação de 27,59%) de 7,25% a.a. em março de 2013, para 9,25% a.a.

O COPOM (Conselho de Política Monetária), reduziu a taxa básica de juros selic para 7,50% a.a., com intuito de controlar a inflação.

O Serasa - Experian é uma empresa que presta serviço ao banco de dados de proteção ao crédito no Brasil. A mesma disponibilizou uma pesquisa sobre os dados de inadimplência por faixas etárias. Segue, abaixo, dados do estudo do Serasa (2014):

Tabela 3 -Índice de inadimplência por idade no Brasil.



FONTE: Serasa, 2014.

O estudo do Serasa (2014), mostra as regiões no Brasil que concentram os maiores índices por inadimplência, dentre as regiões Norte; Centro-Oeste; Nordeste; Sudeste e Sul. O Norte é a primeira com 31,1%; em segundo a região Centro-Oeste com 26,4%; em seguida aparece Sudeste com 24,5%; Nordeste com 23,6%, e por último o Sul com 22,4%.

Conforme os estudos analisados acima, é fácil notar o índice de pessoas que não cumprem suas obrigações por estarem endividadas, e a consequênciadisso é ficar com o nome restrito no SPC (Sistema de Proteção ao Crédito), tornando-se inadimplente por não honrar determinado compromisso. A ANEFAC (2017), discorre sobre as principais recomendações que as pessoas devem ter com as taxas de juros:

- Quando da contratação de um financiamento, pesquise sempre a taxa de juros e demais acréscimos;
- Evite comprometer demasiadamente seu orçamento com dívidas;
- Evite empréstimos de longo prazo que embutem custos maiores;
- Evite entrar no rotativo do cartão e do cheque especial que possuem as maiores taxas de juros;
- O cheque especial não é renda e deve ser utilizado por um período curto e emergencial. Se tiver necessidade de usar esse limite por um período maior procure a sua instituição financeira e faça um empréstimo pessoal que tem custos menores para liquidar o cheque especial;

- Se possível, adie suas compras para juntar o dinheiro e comprar o mesmo à vista evitando juros. Entretanto, caso não seja possível, pesquise muito, barganhe e compre nos menores prazos.

Ou seja, se usar o crédito, o faça de modo moderado e consciente para não perder o controle e deixar que aquela pequena e pagável dívida se torne impagável.

Logo, é fundamental que as pessoas saibam lidar com tais acontecimentos quando estiverem em situação de endividamento de modo a não comprometer seu próprio nome por descumprimento de alguma obrigação firmada.

3.5.2 EVITANDO E SAINDO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO

Segundo Gonçalves (2015), para evitar que o indivíduo alcance o quadro de endividamento, recomenda-se que não use crédito, compre tudo à vista e não pegue dinheiro em forma de empréstimo a juros.

O BCB (Banco Central do Brasil 2014), indica que os melhores meios para sair da situação de endividamento é sempre manter o controle do orçamento familiar com o uso de planilhas financeiras; usar apenas um cartão de crédito e cancelar os demais; economizar, poupar e não se esquecer de manter uma reserva financeira para possíveis problemas eventuais; quando for ao banco tomar cuidado para não aceitar várias linhas de crédito e nem limites elevados; aceitar propostas de renegociação de dívida apenas se o credor reduzir as taxas de juros e não parcelar compras em muitas vezes.

Para a ANEFAC (2017), as formas de se evitar o endividamento são:

- Identifique todas as dívidas;
- Tendo recursos aplicados como, por exemplo, capitalização. Resgate os mesmos para usar nestes pagamentos mesmo que sejam parciais;
- Tendo bens se desfaça deles para fazer dinheiro e pagar estas dívidas;
- Reduza suas despesas mensais, todos da família devem estar devidamente comprometidos com a causa;
- Analise sua capacidade de pagamento para propor acordo a seus credores, proponha sugestões de quanto você pode pagar;
- Estabeleça prioridades, (quais despesas eu devo pagar ou renegociar primeiro), as mais caras e as que geram penalidades como condomínio, luz, água e telefone;
- Se possível, peça um empréstimo mais barato para liquidar as dívidas mais caras;

- Não sendo possível, renegocie com seus credores condições de pagamento que caibam no seu bolso e que possa cumprir;
- É importante propor algo que possa cumprir para não ficar novamente inadimplente após algum tempo, isto desacredita você;

O ideal é negociar antes de entrar nas linhas de crédito. Todavia, só deve fazer isto caso a condição desta renegociação seja boa para você, como prestações baixas de juros, caso contrário, não aceitar a renegociação, pois inevitavelmente você não vai conseguir pagar.

Seguindo essas recomendações, baseado em um planejamento financeiro é possível sair da situação de endividamento.

Gonçalves (2015), discorre sobre evitar a situação de endividamento: É, portanto, possível evitar chegar à situação de endividamento. Basta que, para isso, se tenha um empoderamento sobre a vida financeira da família. É preciso que, ao menos, o chefe da família saiba para onde está indo o dinheiro; quanto à família gasta; se os gastos estão adequados à renda; e se é possível poupar uma certa quantia para uso futuro ou situações de emergência ou imprevistos (GONÇALVES, 2015, p. 39).

3.6 FERRAMENTAS FINANCEIRAS FAMILIARES

Neste capítulo será abordado conceitos, definições dos tipos de ferramentas que possibilitem um maior controle sobre as finanças pessoais, como: orçamento familiar com uso de planilhas e fluxo de caixa familiar.

3.6.1 FLUXO DE CAIXA E ORÇAMENTO FAMILIAR

Para uma agradável gestão financeira, é importante um bom aproveitamento da utilização de ferramentas que possibilitem o maior controle possível sobre as finanças pessoais, por exemplo, o fluxo de caixa, orçamento doméstico feito em planilhas e outros, que tem como objetivo a orientação e planejamento dos recursos disponíveis, seja na organização ou no ambiente familiar.

O fluxo de caixa é uma ferramenta que visa a demonstração das operações financeiras que são executadas pela empresa. O que viabiliza melhores análises e decisões no que concerne à concentração dos recursos financeiros que a empresa usurpa (ZDANOWICZ, 1998 apud GAZZONI, 2003 p. 39).

Pereira (2010), descreve o fluxo de caixa como sendo um instrumento de cunho prognóstico e de mensuração de entradas e saídas de recursos monetários, por certo período

de tempo. Tal ferramenta deve ser utilizada com ênfase nos componentes levantados nas projeções econômico-financeiras vigentes da entidade, levando, entendendo a memória de dados da empresa que dará apoio na mesma previsão.

Com base nas afirmações citadas pelos autores acima entende-se que o fluxo de caixa pode ser utilizado também como ferramenta doméstica com o intuito de controlar as entradas e saídas de dinheiro da família atrelado ao orçamento e ao planejamento. Juntas, estas ferramentas podem direcionar os indivíduos na tomada de decisão de suas finanças e evitar o desperdício dos recursos financeiros e a má alocação destes.

Segundo Giareta (2011), as entradas do fluxo de caixa familiar ou doméstico correspondem a todos os tipos de receitas detectada pelo indivíduo ou grupo familiar atrelado ao planejamento em efetivação, em um dado período. Exemplos: salários, pró-labore, lucros, aluguel, ajuda de custo, ajuda na alimentação, vale transporte, 13º salário, PL e outros.

No que diz respeito ao fluxo de caixa familiar, para Giareta (2011, p. 13), “abrange todos os desembolsos realizados pelo cidadão ou família num intervalo de tempo determinado, por exemplo, em um mês”.

O site Meu Bolso Feliz (2017), apresenta os principais desembolsos de uma família onde são divididos em despesas fixas e variáveis. Exemplos de despesas fixas: alimentação básica, escola dos filhos (no caso de particulares), remédios de uso constante, passagem de ônibus, aluguel ou prestação de condomínio, contas de luz e água. As variáveis são: lazer em geral (passeios, sair para lanchar, almoços fora de casa, cinema), produtos e serviços de beleza (xampu, perfume, salão), vestuário (roupa, sapato), TV a cabo, internet e outros.

O fluxo de caixa é de suma importância no planejamento financeiro familiar, pois com ele torna-se possível mensurar quais os principais gastos da família, e com base nisso cortar determinadas despesas que não são prioridade no momento. Esta ferramenta ajuda a ter uma visão holística de todas as contas e facilitar o orçamento.

Quanto ao orçamento doméstico o site FINAMAX (2017), explica que:

Fazer o orçamento nada mais é que controlar na ponta do lápis de onde e para onde vai o dinheiro da sua família. Sabendo exatamente em que andam gastando, fica mais fácil cortar gastos supérfluos, eliminar dívidas e fazer sobrar algum dinheiro para cumprir as suas metas e atingir o objetivo. Para quantificar exatamente o que está faltando ou sobrando em cada mês, a família deve listar todos os seus ganhos (receitas) e todos os seus gastos mensais (despesas), detalhadamente. (<https://www.finamax.com.br/credito-consciente/site/o-orcamento-familiar.html>).

Sendo assim, tanto o fluxo de caixa quanto o orçamento familiar ou doméstico são ferramentas de planejamento financeiro pessoal que ajudam a traçar metas para alcançar um objetivo de cunho financeiro. Estes instrumentos de gestão financeira são atrelados na execução do planejamento financeiro para um melhor controle sobre as finanças pessoais de casa.

3.7 OPÇÕES DE INVESTIMENTOS

No presente capítulo, apresentaremos os principais investimentos de renda fixa e renda variável, conceitos, importância, decisões de risco e decisões de risco e retorno sobre investimentos.

3.7.1 POUPANÇA

Ainda hoje no Brasil, a caderneta de poupança é considerada um dos maiores investimentos, por se tratar de uma modalidade que não representa risco algum, por isso ela é bastante utilizada por pessoas que têm o perfil conservador. Entretanto, para os especialistas em investimentos a poupança não é um bom investimento porque rende menos que a inflação.

De acordo com revista Exame (2016), com a nova regra a caderneta de poupança rende 70% da taxa Selic mais TR (Taxa Referencial), quando a taxa básica é inferior ou igual a 8,5% a.a. e quando a taxa é maior do que 8,5% a.a., a poupança rende 0,5% mais TR.

Para Assaf Neto (2006), a poupança é: “A parcela da renda economizada pelos agentes econômicos que não foi consumida na aquisição de bens e serviços. É a postergação da capacidade de consumo diante de uma expectativa de maiores dispêndios no futuro” (ASSAF NETO, 2006, p. 20).

Segundo Fortuna (2005, p. 303), a caderneta de poupança nada mais é que uma “aplicação mais simples e tradicional, sendo uma das poucas, senão a única, em que se podem aplicar pequenas somas e ter liquidez, apesar da perda de rentabilidade para saques fora da data do aniversário da aplicação”.

Conclui-se que, a poupança tem uma importância enorme na economia do país, pois as instituições financeiras fazem a intermediação financeira através dos agentes superavitários para os agentes deficitários, ou seja, a instituição pega aquele dinheiro do poupador e empresta ao devedor, em troca disso o agente superavitário receberá rendimentos. Logo, antes que qualquer pessoa procure outros tipos de investimentos mais rentáveis é necessário que antes disso faça uma boa poupança para começar a investir.

3.7.2 CDB

Segundo Assaf Neto (2006), o CDB (Certificado de Depósito Bancário) é um título de renda fixa geralmente emitida por Bancos comerciais, múltiplos e de investimento designado a lastrar operações de financiamento de capital de giro.

Fortuna (2005), descreve o CDB como sendo um título de crédito, que pode ser escritural ou físico, a emissão deste título gera obrigações das instituições que os emitem pagar ao investidor no final do prazo de contratação, o rendimento previsto. Sempre será maior ao capital investido. O certificado de depósito bancário é um ótimo investimento de renda fixa para aqueles que pretendem começar a investir. Mesmo descontando imposto de renda é mais vantajoso em relação à poupança porque rende acima da inflação e é calculado com base no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e também tem liquidez diária.

Quanto à forma de aplicação desse investimento, para Sena (apud blog me poupe, 2016), descreve que para todo investidor que deixa o dinheiro aplicado no Banco, o mesmo, em troca, deve pagar juros e que seu rendimento seja superior ao da poupança. Os juros podem ser prefixados ou pós-fixados que na maioria das aplicações depende dos indexadores (Selic, TR, CDI), logo, essa rentabilidade dependerá das variações das taxas.

Prefixado é quando o investidor já sabe quanto irá receber. Exemplo: Quando aplicado R\$ 200,00 no CDB de um Banco, o mesmo irá pagar 12% a.a. Logo após dos 12 meses terá rendido R\$ 24,00. Já o Pós-fixado, o investidor/aplicador só saberá exatamente quanto irá ganhar no valor do resgate. Exemplo: Quando aplicado os mesmos R\$ 200,00 no CDB de um Banco, ele pagará 100% do CDI ao ano, sendo que a taxa do CDI esteja 14% a.a. Depois de passado os 12 meses terá rendido R\$ 28,00. Vale ressaltar que o IR (Imposto de Renda) é baseado na quantidade de tempo que aquele dinheiro fica aplicado. Exemplo: Até 6 meses, será cobrado no resgate 22,5% sobre o rendimento; de 6 meses a 1 ano será de 20%; de 1 ano a 2 anos será de 17,5%; acima desse prazo é de 15%. Podemos entender que é mais vantajoso deixar o dinheiro aplicado por mais tempo.

Diante disso, as pessoas ainda sentem receio ou até medo em investir pelo fato de ser descontado IR, entretanto, o CDB sempre renderá mais que a poupança porque este título rende acima da inflação mesmo com o desconto. Por fim, com planejamento e estudos fica fácil poupar e aplicar em investimentos melhores em comparação com a caderneta de poupança. Lembrando que tanto a poupança como o CDB contam com a garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) em até R\$ 250.000,00, por CPF.

3.7.3 LCI e LCA

A LCI (Letra de Crédito Imobiliário) e a LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) são títulos de renda fixa de livre negociação, emitida por instituições financeiras autorizadas.

A LCI tem como objetivo financiar o setor imobiliário, já a LCA serve para a captação de recursos de produtos e insumos do agronegócio.

Como o CDB, as letras de crédito também possuem um vencimento e um indexador de rentabilidade, que também é o CDI. Como já explicado o mesmo sofre variação com base na taxa Selic.

Fortuna (2005), descreve que as letras de crédito são:

Emitidas na forma escritural, nominativa e endossável e identificando os créditos que lhe são caucionados por bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário, Caixa Econômica Federal, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias ou outras instituições que venham a ser autorizadas pelo Banco Central (FORTUNA, 2006, p. 174)

Com relação ao rendimento, o investidor receberá um percentual fixo do CDI, e como o CDI varia dia após dia, se a pessoa contrata um título que pague 100% do CDI receberá dia a dia exatamente o CDI, se for 90% do CDI o rendimento nesse período será menor que o indexador, caso o título pague 105% do CDI o rendimento será maior que o indexador, ou seja, quanto maior a porcentagem sobre o CDI maior será o rendimento.

De acordo com Sena (2006 apud, me poupe), os rendimentos desses investimentos comparando com o CDB são característicos quanto à remuneração, a única distinção é a isenção de imposto de renda, não importa o tempo que o dinheiro fique aplicado, não será cobrado IR, e também tem a garantia do FGC e não tem taxa de administração. Quanto maior for o tempo do recurso investido, maior será o ganho. Os juros são prefixados ou pós-fixados, na maioria das vezes o percentual apresentado é inferior ao do CDB, pelo motivo de isenção do IR, porém, costumam obter maiores rendimentos a depender do prazo.

Quanto aos riscos é bom estudar muito ou procurar uma corretora de valores, onde lá, encontrará especialistas que ajudarão a fazer as escolhas certas, pois nem toda instituição financeira que emite o título é confiável, mas, como já foi citado, possui garantia do Fundo Garantidor de Crédito.

Outro aspecto importante é que para investir nessa modalidade o investidor inicialmente precisará de R\$ 5.000,00. Por isso, a importância de estudar bem as instituições e procurar especialistas com conhecimento no mercado financeiro que seja qualificado.

3.7.4 TESOIRO DIRETO

De acordo com Arcuri (2016), o tesouro direito é um instrumento criado pelo tesouro nacional para que os cidadãos possam comprar títulos públicos pela internet. Esses títulos são investimentos de renda fixa usados para obtenção de recursos a fim de sanar a dívida pública e fazer financiamento de afazeres do governo federal.

Segundo o *site* InfoMoney, o tesouro direito é:

Um programa de negociação de títulos a pessoas físicas por meio da internet para o pequeno investidor. O tesouro direito é considerado uma opção de investimento de baixo custo e segura, já que os títulos são considerados os ativos com menor risco em uma economia (<http://www.infomeney.com.br/tesouro-direto>, 2000).

Foi posto que o governo financia sua escassez financeira por meio de aumento de impostos, emissão monetária, até mesmo aquelas deliberadas por empréstimos internacionais, e emprego de títulos no mercado. Ressalva, do acréscimo de impostos, tais ações resultam em dívidas ao tesouro nacional, pactuando uma parcela maior de sua arrecadação tributária (ASSAF, 2006, p. 34).

Para Fortuna (2005), os títulos são obtidos por intermédio da instituição autorizada, onde o aplicador estará cadastrado. É cobrada uma taxa de corretagem, a mesma varia entre 0,25 a 0,50%, por cima do título, e são custodiados pela CBLC (Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia) que recolhe uma razoável taxa ao ano de 0,43%, sobre o valor do título pela custódia por cima do capital, incidirá uma alíquota de IR sobre os ganhos dos títulos de renda fixa em razão do tempo (prazo) juntamente com a tabela regressiva do IOF (Imposto Operacional Financeiro) com base nos 30 dias iniciais, como nos outros investimentos de renda fixa.

Os três grandes títulos do tesouro direito estão divididos segundo Arcuri (2016), em Tesouro Selic, Tesouro Prefixado e Tesouro IPCA. No Tesouro Selic o rendimento é obtido de acordo com a taxa Selic. Caso você invista, e nesse período a Selic estiver em 14,05% a.a. a rentabilidade ao ano será aproximadamente esse número, levando em consideração o IR e as demais taxas. O Tesouro Prefixado, ou seja, como já foi citado, o investidor saberá o rendimento no ato do vencimento (resgate). Já o Tesouro IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), é aplicação com base no determinado vencimento, o investidor garante o rendimento mais a inflação do período. Nota-se então que o Tesouro Direto é um título da dívida pública, ou seja, o investidor nada mais faz que emprestar dinheiro ao governo federal e em troca recebe juros como qualquer outro investimento de renda fixa.

Nessa modalidade de investimento, é muito fácil investir, como já foi dito, basta o comprometimento do indivíduo no que diz respeito ao planejamento financeiro.

O valor que se pode investir é bem acessível, quando o investidor entra no site do tesouro nacional ele tem as opções de qual título do tesouro direto deseja aplicar. Com apenas R\$ 30,00, o indivíduo pode escolher entres os principais e deixar que o dinheiro trabalhe por ele.

3.7.5 DEBÊNTURES

Conforme Fortuna (2005), debênture é um título lançado por sociedades anônimas, não-financeiras, de capital aberto. Ofertam esses títulos no mercado em busca de captação de recursos para suprir suas necessidades de médio e longo prazo, destinam-se geralmente ao financiamento de projetos de investimento. Quando você compra uma debênture passará a receber uma remuneração certa em um determinado prazo estabelecido, mas isso não garante que o comprador se torne acionista da empresa da qual pertencia àquela debênture.

Assaf Neto (2006), descreve as debêntures como sendo:

Títulos de crédito emitidos por sociedades anônimas, tendo por garantia seus ativos. Os recursos provenientes de sua emissão são destinados ao financiamento de capital de giro e capital fixo das empresas. Da mesma forma que as ações, as operações com debêntures são normatizadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (ASSAF, 2006, p. 61).

De acordo com as afirmações acima podemos entender que as debêntures são emitidas sempre por empresas não financeiras. Assim que as empresas emitem essas debêntures, elas são lançadas no mercado primário, já que vide regra são normatizadas pela CVM, é necessário que o investidor fique atento na sua corretora de valores. De antemão, debêntures já lançadas e que são revendidas, acontece no mercado secundário. Com relação ao rendimento desses títulos, varia de acordo com o quanto cada empresa define que vai pagar, a taxa das debêntures é uma rentabilidade fixa mais o indexador IPCA ao ano. Por exemplo: Se a debênture que você compra te paga uma taxa de 4,5% a.a., e a inflação daquele período estiver em 10%, você terá um rendimento anual de 14,5%. A maioria das debêntures paga juros semestrais rendendo a juros compostos. Pelo fato de não ter garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito), isso torna este tipo de investimento um pouco arriscado se a empresa vier a quebrar. As debêntures podem ser incentivadas, ou seja, são as que estão isentas do IR porque a proposta envolve fazer alguma melhoria para a população, logo, o governo para auxiliar as empresas a captarem recursos as deixam isentas de IR.

3.7.6 MERCADO DE AÇÕES

O mercado de ações é um ambiente público organizado para a negociação de títulos mobiliários. Esses títulos são negociados na bolsa de valores ou no mercado de balcão.

Para Assaf Neto (2006), as ações representam títulos constituídos da menor parcela do capital social de uma sociedade anônima, companhia ou sociedade por ações. O acionista não é só alguém que empresta dinheiro a empresa, mas também um co-proprietário tendo direitos na participação dos lucros da empresa.

Segundo Fortuna (2005, p. 559), “uma ação representa a menor parcela do capital social de uma sociedade por ações”.

As ações são divididas em duas: ordinárias são as ações que os acionistas têm direito ao voto, já as preferenciais os acionistas têm maior participação nos dividendos da empresa.

Quanto à oferta, compra e venda da ação acontece da seguinte forma. Por exemplo: quando uma empresa emite uma ação por meio de uma oferta pública, é no mercado primário que isso acontece, ou seja, quando aquela ação é emitida pela primeira vez e essa oferta pública é denominada como *underwriting*. Por outro lado, a compra e venda desses títulos acontece no mercado secundário.

É importante saber que este tipo de investimento é para pessoas que tem o perfil de investidor agressivo, pois esta modalidade é de alto risco por se tratar de ser de renda variável, dispendo ao investidor ganhos ou perdas com relação ao mercado. Antes de começar a investir na bolsa de valores é preciso uma boa bagagem operando no mercado de capitais até porque, quando chegam a esse nível as pessoas precisam estar com seus investimentos diversificados, ou seja, com dinheiro investido em vários investimentos.

3.7.7 ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS EM RELAÇÃO AO RISCO E RETORNO DOS INVESTIMENTOS

Em exercício, as decisões financeiras não são executadas em um universo de absoluta certeza em detrimento aos seus resultados. De fato, encontram-se tais decisões, sobretudo, focalizadas no amanhã, é indispensável que se insira a constante incerteza como um dos mais importantes aspectos de diagnósticos das operações do mercado financeiro (ASSAF NETO, 2006, p. 2004).

Gitman (2004, p. 184), fala que risco “é a possibilidade de perda financeira, e retorno é o ganho ou a perda total sofrida por um investimento em certo período”.

Para quem está em atividade no mercado financeiro é comum que alguns investimentos, principalmente aqueles de risco, apresentem perdas significativas, entretanto, como toda aplicação financeira dispõe de operações de risco, o investidor precisa ficar ciente em meio às flutuações de taxas e comportamentos de empresas que compõem o mercado de capitais.

Sanvicent e Filho (1996), discorrem sobre as noções de probabilidade em relação às aplicações de:

Recursos financeiros, qualquer investidor emprega capital agora com a expectativa de um resultado futuro, pretendendo sempre que a sua riqueza seja maximizada. Portanto, para quem faz um investimento agora, a capacidade de prever o resultado do investimento depende da capacidade de prever esse valor final. Ou, dado o valor inicial, da capacidade de prever a taxa de retorno, ou taxa de variação ou de um crescimento do valor do objeto da aplicação (SANVINCENT; FILHO, 1996 p. 18).

Segundo o site InfoMoney (2017), os principais riscos no mercado financeiro são: risco de mercado,risco de liquidez,risco de crédito,risco operacional e risco legal.

O risco de crédito corresponde ao desempenho do investimento junto à variação do CDI ou do IBOVESPA, tendo em vista a variabilidade do valor do investimento. Ou seja, este risco associa-se de acordo com as taxas de juros e câmbio. Por isso, é importante que o investidor diversifique seus investimentos em diferentes classes por causa da volatilidade.

O risco de liquidez é a prontidão ou dificuldade daquele investimento ser vendido de uma determinada carteira. O exemplo citado pelo site é que se pegarmos investimentos de renda fixa comparado a um imóvel, é que, por mais atrativo que seja o segundo, seu preço faz com que ele seja difícil de vender.

O risco de crédito é pelo fato de não haver pagamento de uma obrigação pela instituição financeira ou não contratada. Por isso, os investimentos como a poupança e o CDB são tidos como os mais seguros pelos brasileiros por estarem assegurados pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito).

Segundo o site, o risco operacional tem a ver com fraude ou falta de lisura no processo de operação, que acaba prejudicando o investidor. Por fim, o risco legal, este se associa a contratos e cláusulas, ou seja, a sua legalidade. O citado risco, costuma-se em pequenas cidades do interior ser o mais causado, por causa de agentes que não são autorizados a captar recursos financeiros. Mesmo assim, o fazem. Por exemplo, poucos sabem, e acabam se deslumbrando, que tais investimentos não trazem riscos. Mas todo investimento trás uma percentagem de risco. O que sobressai dentre os investimentos é a poupança, citada na página

34, por ser um dos mais seguros que existe. No entanto, é fato que deve-se estar atento a toda nova forma de investimento.

É comum ainda acreditar-se, mesmo neste momento “delicado” do país, em que há pessoas prometendo ganhos extraordinários, o que não ganhariam em um ano de trabalho. Isto é com as chamadas pirâmides financeiras, desde o tempo da *telexfree*, que foi uma das maiores fraudes financeiras do Brasil, existem pessoas criando outras formas de pirâmides, pois dentre todos os investimentos, este sim, é o único que não deve ser considerado como tal por ser um golpe que, infelizmente, muita gente ainda cai, pelo teor de informações mentirosas bem elaboradas. Portanto, fica um alerta sobre as falsas promessas de ganho rápido em curto prazo.

4 ATIVIDADE DE ESTÁGIO E ANÁLISE DE RESULTADO

Neste capítulo foram colhidas informações de como está a vida financeira de colaboradores, sendo analisadas suas respostas para subsidiar a problemática do estudo aqui aplicado.

4.1 ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Com intuito de diagnosticar o nível de educação financeira dos profissionais do ramo bancário, pessoas que lidam diariamente com questões sobre finanças, aplicações em investimentos e orientações a clientes sobre o supracitado assunto, foi decidido através desta pesquisa, identificar quais dificuldades exerciam mais influência na elaboração de seus planejamentos financeiros.

Conforme o cronograma de estágio supervisionado e orientado pela Prof^a Msc. Priscila de Jesus Mendonça, fundamentou-se a pesquisa de acordo e, com base, nos principais autores da área de finanças e finanças pessoais. Definiu-se o tipo de metodologia da pesquisa de maneira a contribuir com a aplicabilidade dos estudos em questão.

Durante seis meses, o programa de estágio supervisionado foi realizado junto a 10 colaboradores do Banese, na agência Japarutuba. Utilizou-se aplicação de questionário com perguntas fechadas (Apêndice A), sobre planejamento financeiro pessoal. Após esta fase, ficou sobre responsabilidade da dupla discente analisar os resultados obtidos, com base nos gráficos gerados em função das perguntas aplicadas, a fim de encontrar possíveis soluções para o problema em foco.

Os estudos feitos junto aos funcionários saíram conforme o planejado e todos contribuíram de forma solícita. A experiência ao longo desse tempo foi bastante enriquecedora do ponto de vista da aprendizagem, possibilitando aos discentes, maior vivência na prática da pesquisa científica juntamente com o respaldo do (a) orientador (a) e co-orientadores. Abaixo, segue a análise dos resultados.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

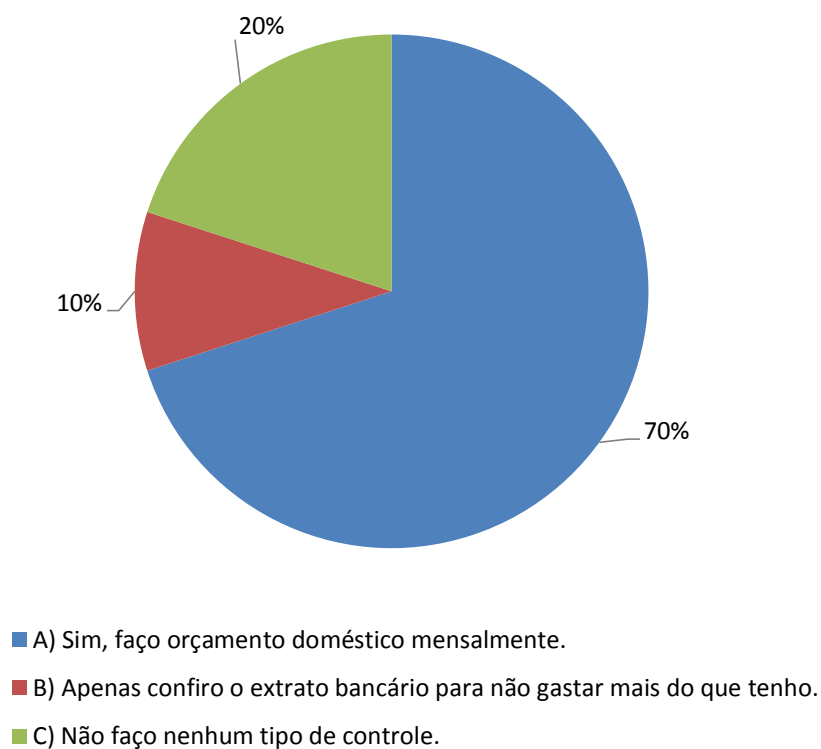
Figura 2 - Potenciais colaboradores que fazem ou não planejamento financeiro.



FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Nota-se que, 70% dos entrevistados responderam a letra “A”, e fazem mensalmente um planejamento financeiro que condiz com o sucesso de suas finanças do ponto de vista da saúde financeira. Enquanto 30% responderam a letra ”B”, que não fazem este controle rotineiramente, e sim de forma esporádica. Não houve respostas para a alternativa “C”. Todavia, a metodologia de planejamento da alternativa “B” pode ocasionar alguns problemas devido à ausência da elaboração de um plano mensal.

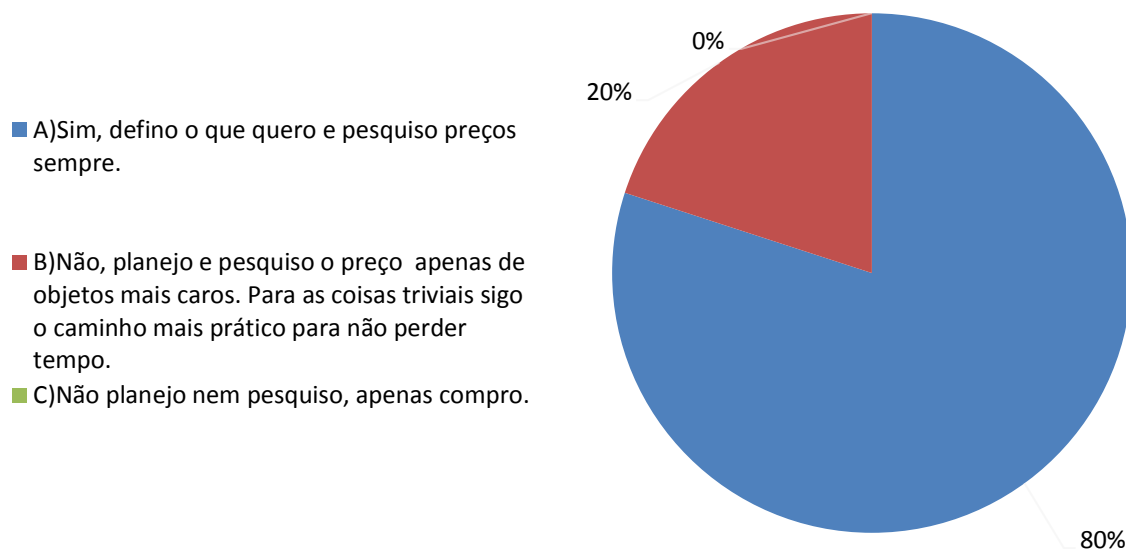
Figura 3 - Situação do controle financeiros dos colaboradores.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Dos dez colaboradores entrevistados, 70% responderam alternativa “A”, e isso significa que estas pessoas alocam seus recursos com base em um fluxo de caixa bem elaborado. Outros 10% dos entrevistados marcaram “B”, a partir do extrato bancário fazem este controle, ou seja, matemática básica, não se pode gastar mais do que se ganha. Enquanto 20% marcaram “C”, não sabem quanto empregam do seu dinheiro.

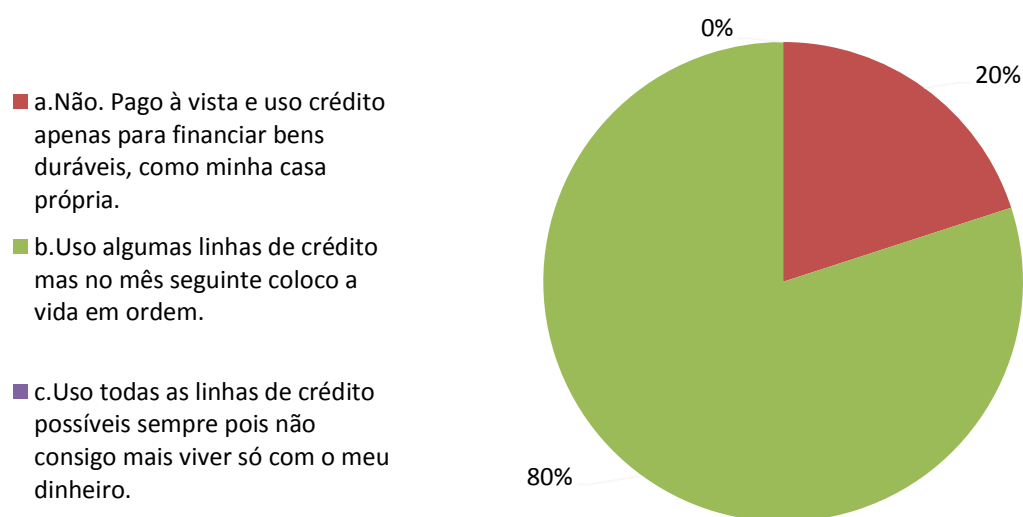
Figura 4 - Os colaboradores que fazem algum tipo de pesquisa de preço.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Dentre os entrevistados, 80% responderam a alternativa “A”, demonstraram estar de acordo com seus orçamentos e planos bem definidos. Outros 20%, marcaram a letra “B”, não se preocupam com objetos de valores expressivos, não sabendo eles que centavo faz uma real diferença tanto mensalmente quanto anualmente. Não registrou-se a alternativa “C”.

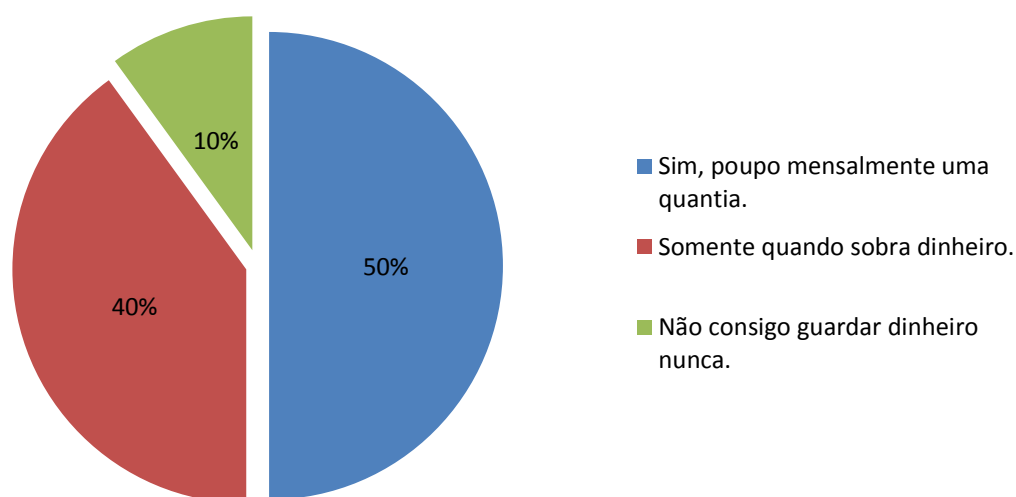
Figura 5 - Entrevistados que usam quais tipos de créditos para pagar suas contas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Como a maioria dos brasileiros, 80% dos entrevistados marcaram a opção “A”, usam de forma frequente linhas de crédito, que em certas ocasiões pode se tornar uma armadilha. Apenas 20% escolheram a letra “B”, estão de acordo com o conceito de finanças pessoais, onde os principais autores enfatizam sobre a importância de comprar à vista. Nenhum dos entrevistados respondeu a alternativa “C”.

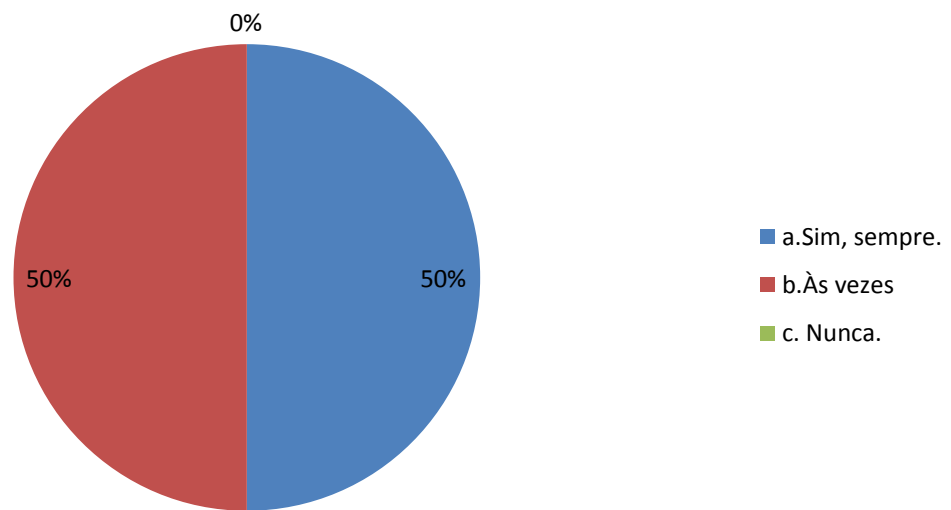
Figura 6 - Colaboradores que tem o hábito de poupar.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Sendo que 50% dos entrevistados marcaram a opção “A”, são agentes superavitários, que, de maneira constante pouparam determinada quantia dos seus recursos. Outros 40% escolheram a alternativa “B”, não conseguem poupar continuamente, pois, em alguma fase do seu planejamento financeiro não conseguiram efetivar suas obrigações com seus respectivos recursos. Enquanto 10% optaram pela letra “C”, não conseguem poupar em função de estarem endividados.

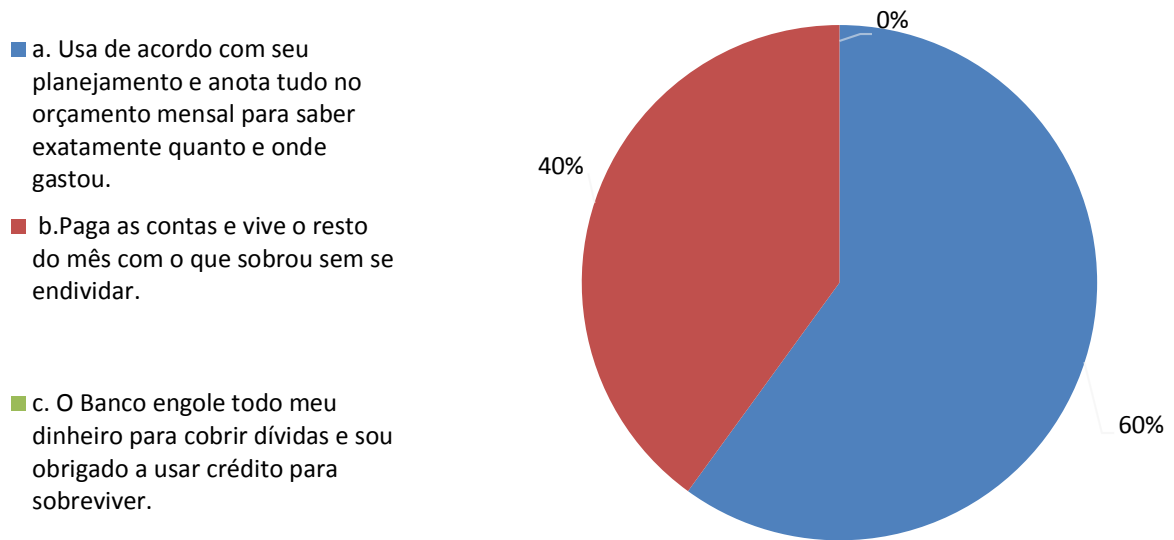
Figura 7 - Entrevistados que buscam ou não saber sobre finanças pessoais.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Sendo que 50% responderam a opção “A”, que sempre estão buscando informações para agregar conhecimento, a fim de gerir de maneira inteligente suas finanças. Em contrapartida, os outros 50% escolheram a alternativa “B”, só fazem isso esporadicamente. Já a alternativa “C” nem sequer foi escolhida, ou seja, as pessoas não possuem esse interesse, por se sentirem acomodadas com o que fazem e têm.

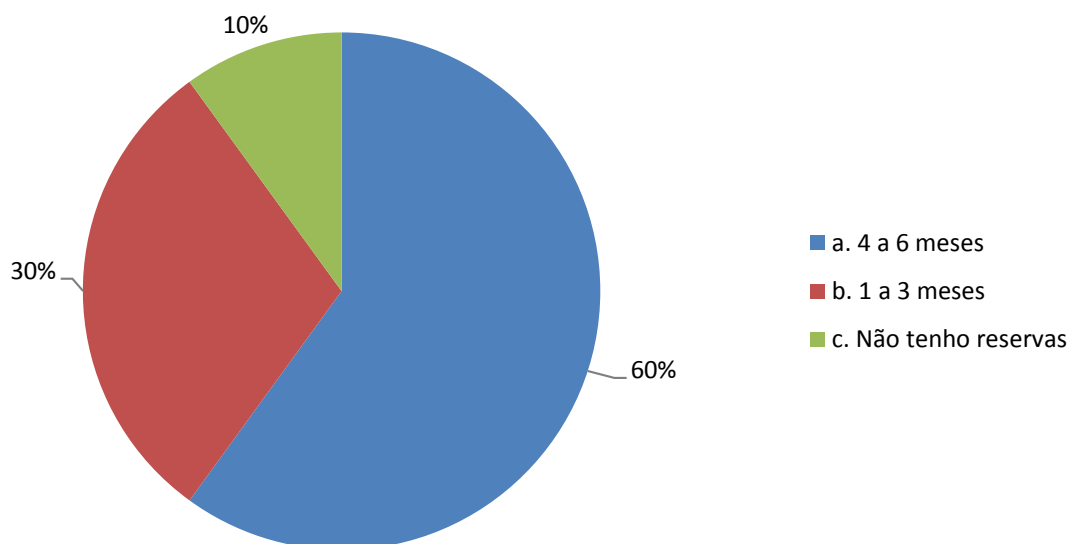
Figura 8 -Estatísticas como é usado o dinheiro do trabalho.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Como observado no gráfico, 60% dos entrevistados que marcaram a letra “A” têm um planejamento norteador e um fluxo de caixa estruturado. Já 40%, responderam opção “B”, pagam suas contas, não se endividam e vivem o resto do mês com o que sobrou. Sendo que esta realidade é desconfortante, pois os mesmos não têm liberdade financeira. Ninguém chegou a responder a letra “C”.

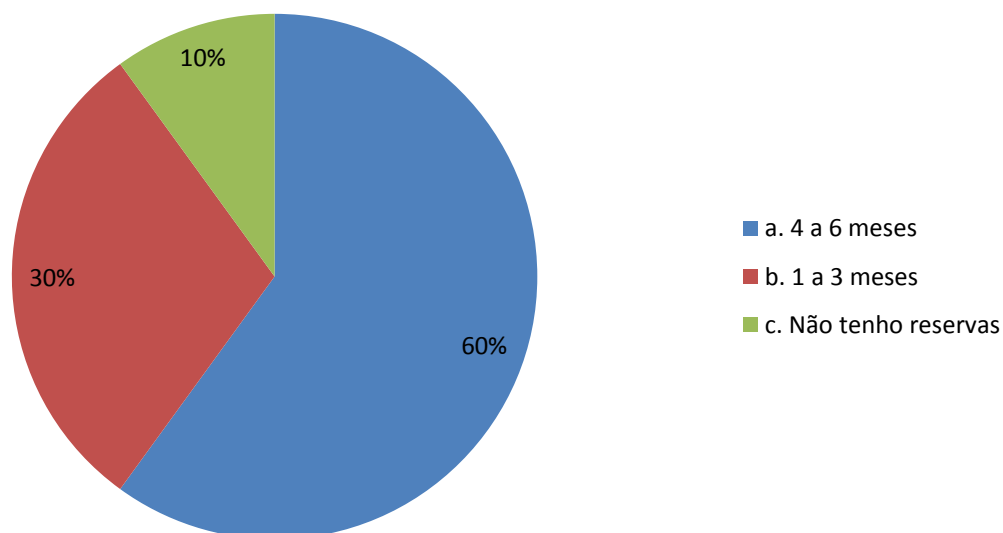
Figura 9 -Situação financeira dos colaboradores.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Do ponto de vista da atual situação financeira, 70% que marcaram a alternativa “A”, declararam que suas vidas estão completamente organizadas e com seus orçamentos em dia. No que se refere a fluxo de caixa e orçamento, 30% responderam a alternativa “B” que estão com suas vidas financeiras desorganizadas, onde não conseguem poupar, e muito menos sabem quanto gastam. Contudo, a opção “C” sequer foi escolhida.

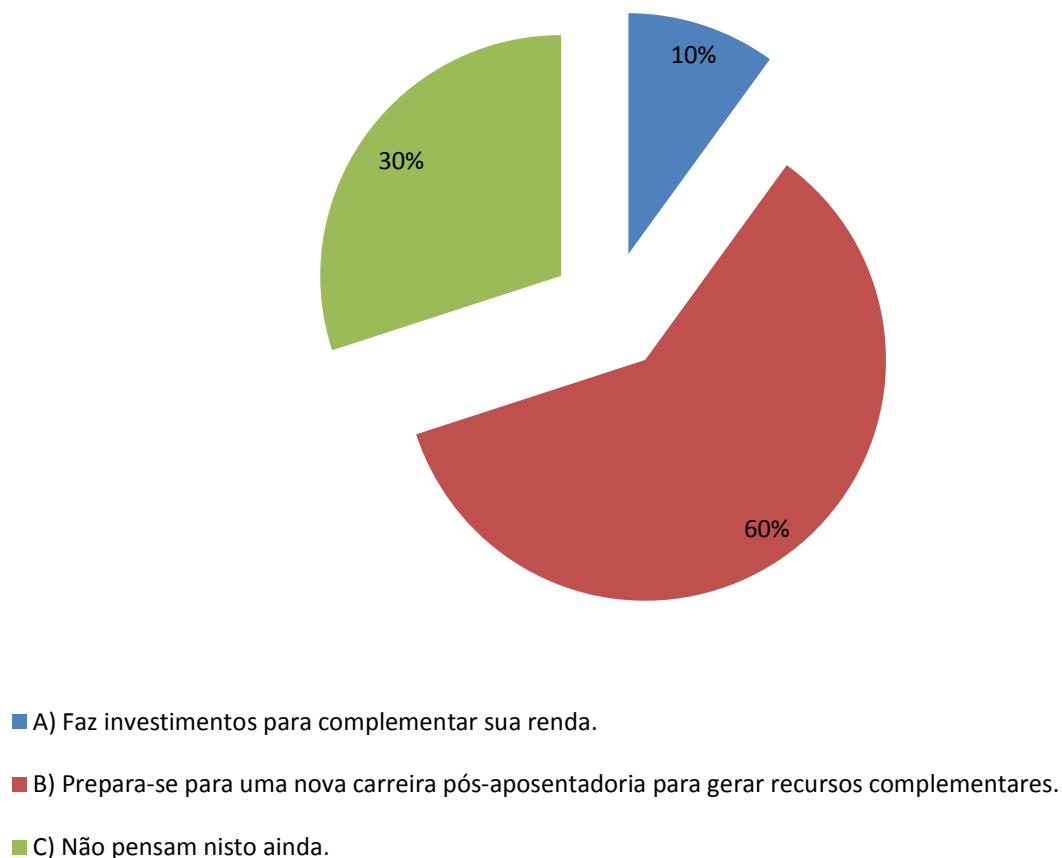
Figura 10 -Tempo de sobrevivência com sua reserva em caso de doença.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Em finanças pessoais, muito se fala em reserva de emergência em busca de garantir uma maior tranquilidade quando eventuais problemas acontecerem. Dos entrevistados, 60% marcaram a letra “A”, fazem reservas que, se ficassem desempregados, sobreviveriam de 4 a 6 meses. Já 30% optaram pela letra “B”, de 1 a 3 meses. E 10%, responderam a alternativa “C”, não fazem reserva. Um dado alarmante quando se trata de pessoas que lidam com finanças.

Figura 11 -Estatísticas em relação a aposentadoria



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Poucas pessoas se preocupam com o futuro, principalmente quando o assunto é aposentadoria, e de forma notória não se preparam para isso. Apenas 10% marcaram a letra “A”, declararam que fazem investimentos para complementar suas rendas. 60% escolheram a opção “B”, investem em uma nova carreira a fim de complementar suas rendas. E outros 30% marcaram a letra “C”, não pensam em aposentadoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um mundo capitalista, as empresas investem cada vez mais em campanhas de publicidade e propaganda a fim de atrair novos clientes e fidelizar aqueles que já possuem um relacionamento estreito. Não é diferente com as instituições financeiras, que ao longo desses anos concentram suas energias na criação de serviços e produtos bancários como foco principal para maximizar suas receitas. Em um mercado, melhor dizendo, em uma cultura baseada no consumo, as pessoas precisam estar preparadas a reagirem de maneira inteligente e estratégica a revolução do marketing, onde somos bombardeados a todo o momento nos estimulando ao consumo exagerado.

Nota-se que, a educação financeira precisa está presente nas casas das famílias brasileiras, ser tratada como um tema sério e, principalmente, pautada em escolas, faculdades e universidades. A pesquisa aqui apresentada buscou analisar através de um questionário com perguntas fechadas, as dificuldades que exerciam mais influência na elaboração de um planejamento financeiro com profissionais do segmento bancário, através dos objetivos específicos traçados. Com o primeiro objetivo específico, identificamos que as dificuldades na elaboração de um planejamento financeiro é ausência de orçamento mensal e fluxo de caixa, onde os entrevistados não planejam o uso de seu dinheiro e não sabem o quanto gastam e onde gastam. Buscou-se junto aos bancários, enfatizar a importância de um plano mensal a fim de nortear de maneira mais precisa o planejamento financeiro de cada um.

Ao ser mencionadas as ferramentas de planejamento financeiro, analisou-se que a maioria dos entrevistados pouco utiliza ou não utilizaria tais recursos para aperfeiçoar seus orçamentos mensais. Indicadas ferramentas como: planilhas, aplicativos financeiros, cartilhas, agendas eletrônicas ou manuais, observou-se que os funcionários ficaram bastante satisfeitos com o mix de ferramentas de finanças pessoais. Quanto aos investimentos, ressaltou-se sua importância de modo a complementar a renda ou até mesmo alcançar a tão sonhada independência financeira. Neste objetivo, apenas 10% faz investimentos. Em se tratando de pessoas que atuam diretamente no sistema financeiro nacional, o conhecimento sobre opções de aplicações em títulos de renda fixa ou variável é bastante limitado. Logo, é notório que até pessoas que lidam com noções de finanças, inseridas neste sistema, sentem dificuldades ao elaborar um planejamento financeiro pessoal, pois, como observado, este é um problema estrutural que necessita de um engajamento maior na disseminação da educação financeira deste país.

REFERÊNCIA

- ANEFAC. **Pesquisa de Taxas de Juros**. 2015. Disponível em: <<https://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/2017922162312398.pdf>>. Acesso em 03 de novembro de 2017.
- ARCHER, S. H., e D'AMBROSIO, C. A. **Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1969.
- ARCURI, Nathalia. **Tesouro Direto: passo a passo mais simples e prático**. 2016. Disponível em: <<http://mepoupenaweb.uol.com.br/investimentos/investimento-para-leigas-parte-2-tesouro-direto/>>. Acesso em: 09 de novembro de 2017.
- AUGUSTINS, Viviane Franco; COSTA, Alessandra de Sá Mello da; BARROS, Denise Franca. **Uma Análise Crítica do Discurso de Educação Financeira: por uma Educação para Além do Capital**. Revista ADM.MADE, Rio de Janeiro, 2012, Vol. 16. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br>>. Acesso em 29 de Outubro de 2017.
- BANESE, **História**.2018. Disponível em:<<https://www.banese.com.br>. Acesso em 30 de maio de 2018.
- BACEN, **Pesquisa Qualitativa sobre Processo de Endividamento**. 2014. Disponível em:<https://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/pesquisa_endividamento>. Acesso 28 de Outubro de 2017. BaneseCard. **Crédito Rotativo**. Disponível em: <<https://www.banese.com.br/PortalCliente/CreditoRotativo>>. Acesso em 03 de novembro de 2017.
- BORTOLUZZI, D. Antonini; BOLIGON, J. A. Rudell; HOLLVEG, S. D. Severo; MEDEIROS, F. S. Bolzan. **Aspectos do Endividamento das Famílias Brasileiras no período de 2011-2014**. Erechim, 2015, Vol. 39. Disponível em:<<https://scholar.google.com.br>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.
- BRIGHAM, E. F; HOUSTON, J. F. **Fundamentos da Moderna Administração Financeira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 4.915, de 2016**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=01B94CA1940797C251481F91D09470F2.proposicoesWeb1?codteor=1449953&filename=Avulso+-PL+4915/2016>. Acesso em 02 de novembro de 2017.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- FERNANDES, André Henrique de Souza; CANDIDO, João Gremmelmaier. **Educação Financeira e Nível do Endividamento: relatos de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo**. Revista Eletrônica Gestão e Serviços, Rio de Janeiro, 2014, Vol. 5. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br>>. Acesso em 02 de Novembro de 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio e Ilustrado**. ed. Positivo, 2008.

FINAMAX. **Orçamento Familiar**. 2017. Disponível em: <<https://www.finamax.com.br/creditoconsciente/site/o-orcamento-familiar.html>>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produto e Serviços**. 16. ed. Rio de Janeiro:Qualitymark, 2005.

GANDRA, Alana. **OCDE: educação financeira deve começar mais cedo**. Agência Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2015/06/ocde-educacao-financeira-deve-comecar-o-mais-cedo-possivel>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

GAZZONI, Elizabeth Inez. **Fluxo de Caixa – Ferramenta de Controle Financeiro para a Pequena Empresa**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br>>. Acesso em 06 de novembro de 2017.

GIARETA, Marisa. **Planejamento Financeiro Pessoal: Uma Proposta de Controle de Fluxo de Caixa Familiar**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77602/000894439.pdf?sequence=1>>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

GIL, Antônio Carlos Gil. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, Atlas. 3. ed. 1991. GITMAN, J. Lawrence. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo:Pearson Addison Wesley, 2004.

GONÇALVES, Pâmela Caroline. **Inadimplência e Endividamento das Famílias Brasileiras no Período de 2014: Algumas alternativas ao endividamento familiar**. UNI-FACEF Centro Universitário de França , 2015. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br>>. Acesso em 18 de Outubro de 2017.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira: Uma abordagem Prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas,2004.

INFOMONEY. **Tesouro Direto**. 2017. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/tesouro-direto>>. Acesso em 09 de novembro de 2017.

KWASNICKA, Eunice Lacava. **Introdução à administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LACOMBE, Francisco J. M; HEILBORN, Gilberto L. J. **Administração – Princípios e Tendências**. 2. ed. São Paulo:Saraiva, 2008.

LAKATOS, Maria de Andrade; MARCONI, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo, Atlas. 5. ed. 2009.

LEAL, Cícero Pereira; NASCIMENTO, José Antônio Rodrigues. **Planejamento Financeiro Pessoal**. Revista de Ciências Gerenciais. Vol. 15, 2011. Disponível em:

<<https://scholar.google.com.br>>. Acesso em 18 de Outubro de 2017.

LIZOTE, Suzete Antonieta; SIMAS, Jaqueline; LANA, Jefernson. **Finanças Pessoas: Um estudo envolvendo os alunos de ciência contábeis de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina**. Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. IX SEGeT, 2012. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br>>. Acesso em 18 de Outubro de 2017.

MARQUES, Érico Veras; NETO, J. F. Correia. **Gestão Financeira Familiar - como as empresas fazem -** . 1. ed. Rio de Janeiro, 2016. Maximiano, Antonio Cesar Amaro. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NETO, Alexandre Assaf. **Mercado Financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo, Atlas. 3. ed. 2012.

PEREIRA, Karla Carmona. **Fluxo de Caixa para Controle Doméstico**. Faculdade de Ciências Contábeis, 2010. Disponível em: <<http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Karla-Carmona-Pereira-Fluxo-de-CaixaDom%C3%A9stico.pdf>>. Acesso em 06 de novembro de 2017.

PINHEIRO, Ricardo Pena. **Educação Financeira e Previdenciária, a Nova Fronteira dos fundos de pensão**. Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia e Editora, 2008. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br>>. Acesso em 28 de Outubro de 2017.

REVISTA EXAME. **Rendimento da Poupança**. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/selic-fica-nos-14-25-veja-quanto-r-5-mil-rendem-hoje-3/>>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

RIBEIRO, C. do Amaral; VIEIRA, K. Mendes; SANTOS, J. H. de Avila; TRINDADE, L. de Lima; MALLMANN, E. Isabel. **Finanças Pessoais: Análise dos Gastos e da Propensão ao Endividamento em Estudantes de Administração**. Artigo Científico, 2011. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

SANVINCENT, Antônio Zoratto; FILHO, Armando Mellagi. **Mercado de Capitais e Estratégias de Investimento**. São Paulo, Atlas. 1. ed. 1998.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da Educação Financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública. Vol. 41, 2007. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br>>. Acesso em 18 de Outubro de 2017.

SECURATO, José Roberto. **Decisões Financeiras em Condições de Risco**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SENA, Cintia. **Tudo sobre LCI e LCA**. Blog me poupe, 2016. Disponível em: <<http://mepoupenaweb.uol.com.br/investimentos/tudo-sobre-lci-e-lca/>>. Acesso em 09 de novembro de 2017.

SENA, Cintia. **Tudo sobre o CDB**. Blog me poupe, 2016. Disponível em: <<http://mepoupenaweb.uol.com.br/investimentos/tudo-sobre-o-cdb/>>. Acesso em 09 de novembro de 2017.

SERASA-EXPIRIAN. **Estudo Inadimplência**. 2014. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/estudo-inadimplencia/>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Cortez. 23. ed. 2007.

SITE INFOMONEY. **Riscos de Investimentos**. 2017. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/onde-investir/noticia/2533310/principais-riscos-dos-investimentos-como-evita-los>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

SITE MEU BOLSO FELIZ. **Tipos de Despesas**. 2017. Disponível em: <<http://meubolsofeliz.com.br/estou-em-dia/minhas-contas/tipos-de-despesas/>>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

SITE TOPINVEST. **Principais Riscos do Investidor**. 2016. Disponível em: <<https://topinvest.com.br/principais-riscos-ao-investidor>>. Acessado em 14 de Novembro de 2017.

TONELOTTO, Ana Cátia. **Educação Financeira versus Endividamento: Um estudo realizado na cidade de Farroupilha-RS**. Revista Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças, 2015, Vol. 3. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE FINANCEIRA AOS SEUS COLABORADORES

PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: UM ESTUDO VOLTADO AOS COLABORADORES DO BANESE AGÊNCIA JAPARATUBA/SE

1. Você planeja o uso do seu dinheiro?

- a. Sim, tenho um plano financeiro que me norteia mensalmente.
- b. Nem sempre, apenas planejo à longo prazo. À curto prazo não faço planejamento.
- c. Nunca.

2. Você faz algum tipo de controle do uso do seu dinheiro?

- a. Não faço qualquer tipo de controle.
- b. Apenas confiro o extrato bancário para não gastar mais do que tenho.
- c. Sim, faço orçamento doméstico mensalmente.

3. Você pesquisa preços e planeja suas compras?

- a. Sim, defino o que quero e pesquiso preços, sempre.
- b. Não, planejo e pesquiso o preço apenas de objetos mais caros. Para as coisas triviais sigo o caminho mais prático para não perder tempo.
- c. Não planejo nem pesquiso, apenas compro.

4. Você normalmente usa crédito como cheque especial, cartões de crédito ou cartões de loja, carnês, cheque pré-datado ou outro tipo?

- a. Não. Pago à vista e uso crédito apenas para financiar bens duráveis, como minha casa própria.
- b. Uso algumas linhas de crédito, mas no mês seguinte coloco a vida em ordem.
- c. Uso todas as linhas de crédito possíveis sempre, pois não consigo viver só com o meu dinheiro.

5. Você tem o hábito de poupar?

- a. Sim, poupo mensalmente uma quantia.
- b. Somente quando sobra dinheiro.
- c. Não consigo guardar dinheiro.

6. Você busca informações sobre finanças pessoais para melhorar a gestão do seu dinheiro?

- a. Sim, sempre.
- b. Às vezes
- c. Nunca.

7. Ao receber dinheiro proveniente do seu trabalho você:

- a. Usa de acordo com seu planejamento e anota tudo no orçamento mensal para saber exatamente quanto e onde gastou.
- b. Paga as contas e vive o resto do mês com o que sobrou, sem se endividar.
- c. O banco engole todo meu dinheiro para cobrir dívidas e sou obrigado a usar crédito para sobreviver.

8. Sua situação financeira atual está:

- a. Organizada. Tenho controle sobre meu dinheiro, não tenho dívidas que comprometam meu orçamento e poupo sempre que possível.
- b. Um pouco desorganizada. Não sei exatamente quanto gasto por mês, tenho algumas dívidas que consigo pagar, mas não consigo poupar.
- c. Desorganizada. Não sei quanto gasto, nem quanto devo ao certo, tenho muitas dívidas e não estou conseguindo pagar.

9. Caso fique doente ou impossibilitado de trabalhar ou desempregado, por quanto tempo sobreviveria com suas reservas?

- a. 4 a 6 meses
- b. 1 a 3 meses
- c. Não tenho reservas

10. Com relação à sua aposentadoria, você:

- a. Faz investimentos para complementar sua renda.
- b. Prepara-se para uma nova carreira pós-aposentadoria para gerar recursos complementares.
- c. Não pensei nisto ainda.